

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CRISTINA PEREIRA VIECELI

MULHER E TRABALHO NO BRASIL:
CARACTERÍSTICAS, AVANÇOS E PERMANÊNCIAS (1960 – 2009)

Porto Alegre

2011

CRISTINA PEREIRA VIECELI

MULHER E TRABALHO NO BRASIL:
CARACTERÍSTICAS, AVANÇOS E PERMANÊNCIAS (1960 – 2009)

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn.

Porto Alegre

2011

CRISTINA PEREIRA VIECELI

MULHER E TRABALHO NO BRASIL:
CARACTERÍSTICAS, AVANÇOS E PERMANÊNCIAS (1960 – 2009)

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2011.

Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Cássio da Silva Calvete
UFRGS

Prof. Dr. Ricardo Dathein
UFRGS

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela minha vida, por todas as dádivas que me proporcionou, por estar sempre presente nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos meus pais Eliete e Osmar, pelo amor incondicional, pelo exemplo, e por estarem sempre presentes na minha vida, me dando suporte, apoio e incentivo. A minha irmã Cláudia, pela sua grande amizade, pelos conselhos e por ter me acompanhado nestes anos de estudo. Ao meu namorado Rodrigo, por todo amor e companheirismo nestes anos e pela ajuda na realização deste trabalho. Aos meus amigos, pelos momentos felizes de descontração, por todo o carinho e parceria.

Agradeço especialmente ao professor Carlos Henrique Horn, por ter me orientado na realização deste trabalho, por todos os conhecimentos transmitidos, e pela sua grande dedicação e paciência. Também agradeço a bibliotecária Lilian, por toda a atenção e auxílio na normalização deste trabalho.

Às mulheres que lutam e sonham pelos seus direitos.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo caracterizar a inserção laboral feminina brasileira a partir dos anos 1960 até 2009, período de importantes transformações econômicas, sociais, demográficas e culturais e em que se presencia um grande aumento das taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho, concomitante com a diminuição da participação masculina. A análise foi baseada em indicadores relativos à taxa de participação, ocupação, desemprego, distribuição setorial da ocupação e ocupacional por posição, rendimentos e horas trabalhadas provenientes do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). A partir disso foram traçados aspectos referentes a características da inserção feminina, mudanças e permanências das desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro. A segunda parte do trabalho, busca traçar alguns aspectos da participação laboral feminina no mundo, a partir de dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), indicando diferenças e semelhanças entre regiões e com o Brasil.

Palavras Chave: Mulher. Gênero. Mercado de trabalho. Discriminação. Brasil.

ABSTRACT

The present work has as main objective to characterize the labor insertion of Brazilian women since 1960 until 2009, a period of important economic, social, demographic and cultural transformations in which the participation rates of women in the labor market highly increased, concomitant with a decrease in male participation. The analysis was based on indicators of participation rate, occupation, unemployment, employment by sector, status in employment, wages and hours of work from the Brazilian Institute of Economics and Statistics (IBGE). From this aspect were drawn aspects regarding the characteristics of female insertion, changes and continuities of gender inequalities in the Brazilian labor market. The second part of the work seeks to trace some aspects of female labor participation in the world, with data from International Labor Organization (ILO), indicating differences and similarities between other regions and Brazil.

Keywords: Women. Gender. Labor market. Discrimination. Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Taxa de participação por gênero, Brasil, 1960/2009 (%)..... | 15 |
| Gráfico 2 - Taxa de ocupação por gênero, Brasil, 1960/2009 (%)..... | 16 |
| Gráfico 3 - Taxa de desemprego por gênero Brasil, 1960/2009 (%)..... | 19 |
| Gráfico 4 - Estrutura setorial da ocupação feminina, Brasil, 1960/2009 (%)..... | 24 |
| Gráfico 5 - Estrutura ocupacional das mulheres por posição na ocupação, Brasil, 1960/2009 (%)..... | 27 |
| Gráfico 6 - Distribuição das pessoas ocupadas por faixa de rendimentos, Brasil, 1992/2009 (%)..... | 30 |
| Gráfico 7 - Evolução do Salário Mínimo Real, Brasil, 1994/2009..... | 31 |
| Gráfico 8 - Distribuição das mulheres ocupadas por faixa de rendimentos, Brasil, 1992/2009 (%) | 32 |
| Gráfico 9 - Distribuição de homens e mulheres ocupados por faixa de rendimento, Brasil, 2009 (%)..... | 33 |
| Gráfico 10 - Distribuição das pessoas ocupadas por escolaridade, Brasil, 2009 (%)..... | 34 |
| Gráfico 11 - Taxas de participação feminina por regiões, 1998/2008 (%)..... | 47 |
| Gráfico 12 - Taxas de desemprego por regiões e gênero e regiões, 2008 (%).... | 52 |
| Gráfico 13 - Taxas de desemprego dos jovens por regiões e gênero, 2008 (%). | 55 |
| Gráfico 14 - Ocupados no setor agrícola por regiões e gênero, 2008 (%)..... | 60 |
| Gráfico 15 - Empregados no setor de serviços por regiões e gênero, 2008 (%).. | 61 |
| Gráfico 16 - Ocupados no setor industrial por regiões e gênero, 2008 (%)..... | 63 |
| Gráfico 17 - Mulheres ocupadas na posição de autônomas por regiões, 1998/2008 (%)..... | 67 |
| Gráfico 18 - Mulheres ocupadas na posição de empregadas por regiões..... | 69 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais por setor de ocupação, Brasil, 1960/2009 (%)..... | 22 |
| Tabela 2 - Evolução na estrutura ocupacional por posição, Brasil, 1960/2009 (%)..... | 25 |
| Tabela 3 - Distribuição de ocupados por classe de rendimento mensal, escolaridade e sexo, Brasil, 2009 (%)..... | 35 |
| Tabela 4 - Distribuição de homens e mulheres ocupados por número de horas trabalhadas na semana e grupos de rendimentos, Brasil, 2009 (%).... | 36 |
| Tabela 5 - Distribuição dos homens e mulheres ocupados por número de horas no trabalho e sexo, Brasil, 1992/2009..... | 38 |
| Tabela 6 - Taxas de participação, por regiões e gênero, 1980/2009 (%)..... | 44 |
| Tabela 7 - Taxas de participação, por regiões e gênero, 1998/2008 (%)..... | 46 |
| Tabela 8 - Taxas de desemprego, por regiões e gênero, 1998/2008 (%)..... | 51 |
| Tabela 9 - Razão entre as taxas de desemprego de jovens e adultos | 54 |
| Tabela 10 - Estrutura setorial da ocupação, 1998/2008 (%)..... | 58 |
| Tabela 11 - Estrutura ocupacional por região, gênero e posição, 1998/2008..... | 65 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 A INSERÇÃO LABORAL FEMININA NO BRASIL ENTRE 1960 E 2009 | 11 |
| 2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS E INDICADORES | 11 |
| 2.2 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE, DA OCUPAÇÃO E DO DESEMPREGO | 14 |
| 2.3 A ESTRUTURA SETORIAL DA OCUPAÇÃO POR GÊNERO | 21 |
| 2.4 A ESTRUTURA OCUPACIONAL POR GÊNERO | 24 |
| 2.5 CARACTERIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS POR GÊNERO | 29 |
| 2.6 CARACTERIZAÇÃO DAS HORAS TRABALHADAS POR GÊNERO | 37 |
| 2.7 CONCLUSÕES | 40 |
| 3 CARACTERIZAÇÃO DA INSERÇÃO LABORAL FEMININA NO MUNDO | 42 |
| 3.1 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNDO | 43 |
| 3.2 EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO POR GÊNERO NO MUNDO | 49 |
| 3.3 ESTRUTURA SETORIAL DA OCUPAÇÃO POR GÊNERO | 56 |
| 3.4 ESTRUTURA OCUPACIONAL POR POSIÇÃO | 64 |
| 3.5. CONCLUSÕES | 70 |
| 4 CONCLUSÃO | 72 |
| REFERÊNCIAS | 75 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as principais características relativas à crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho no Brasil, comparando sua participação com a dos homens e apontando mudanças e permanências ocorridas no período após 1960. Inúmeros estudos têm destacado o elevado aumento da mão de obra feminina no Brasil a partir da Segunda Guerra Mundial e a tendência de aproximação com os indicadores masculinos, inclusive em face da lenta, mas constante queda nas taxas de participação dos homens no mercado de trabalho. Esse movimento ocorreu em grande parte das economias em desenvolvimento, como resultado da industrialização destes países e, também, de transformações culturais, como o fortalecimento do feminismo no mundo, e da maior escolarização feminina. Outros fatores relacionados incluem as mudanças demográficas, com redução das taxas de fecundidade, êxodo rural e alterações na estrutura das famílias.

A incorporação das mulheres no mercado de trabalho, tanto no Brasil, como no mundo, no entanto, caracterizou-se pela permanência de relações desiguais entre os gêneros. Ainda que alguma evolução tenha ocorrido nas últimas décadas, observamos vários aspectos que determinam a segregação do emprego feminino, dentre os quais a presença de nichos ocupacionais, o maior peso do desemprego sobre as mulheres, a desigualdade salarial e as barreiras à participação em cargos de gerência. Além disso, as mulheres são ainda as principais responsáveis pela reprodução da mão de obra com base no o trabalho doméstico, o qual, no entanto, não é considerado produtivo, permanecendo em certa medida invisível às estatísticas oficiais.

A relevância das questões de gênero que permeiam as relações de trabalho está em que estas refletem na maior ou menor liberdade da mulher. Ao analisarmos as relações trabalhistas no mundo, percebemos características distintas quanto ao mercado de trabalho de acordo com o nível de desenvolvimento econômico de cada região e, ainda, devido a questões culturais, políticas e demográficas. Tendo em vista estes fatores, o presente trabalho busca analisar, também, as particularidades

da inserção laboral feminina no Brasil em comparação com a estrutura e a dinâmica dessa inserção no mundo na primeira década do século XXI.

O trabalho está dividido em dois capítulos principais, além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo busca fazer uma análise longitudinal dos principais aspectos referentes à inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil entre 1960 e 2009. O enfoque principal, contudo, recairá sobre o período posterior a 1990, caracterizado, em especial no primeiro decênio, por uma maior flexibilidade das relações trabalhistas e por um movimento de precarização do mercado de trabalho no país. Nesta análise, utilizamos dados do Censo Demográfico (CD) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de indicadores selecionados, examinamos como ocorreu a inserção feminina no mercado de trabalho e as principais diferenças em relação à inserção dos homens, bem como caracterizamos a qualidade do emprego feminino e identificamos os principais setores e posições em que as mulheres estão alocadas. Por fim, procuramos traçar as principais mudanças e permanências no mercado de trabalho, sob a ótica de gênero, no período em análise.

O segundo capítulo trata de caracterizar a participação da mulher no mercado de trabalho no mundo, entre os anos de 1980 e 2009, traçando um paralelo com o Brasil. Esse período é caracterizado pelo crescimento das taxas de participação feminina, principalmente nas economias em desenvolvimento, enquanto os países desenvolvidos apresentaram uma tendência à estagnação desse indicador. Busca-se focar, nesse sentido, as principais mudanças através de indicadores de participação e de desemprego e das estruturas do emprego por setores e posições ocupacionais. Com base em nossa análise, percebemos fatores positivos ocorridos no período, como a diminuição da vulnerabilidade do trabalho feminino em algumas regiões, mas também a continuidade de características perversas, sobretudo em regiões mais pobres do mundo, o que determina um processo de feminização da pobreza mundial. Os dados para análise foram extraídos de pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

2 A INSERÇÃO LABORAL FEMININA NO BRASIL ENTRE 1960 E 2009

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro passou por profundas mudanças desde o final da Segunda Guerra Mundial, refletindo as transformações econômicas, sociais, culturais e demográficas que ocorreram no país. Nesse sentido, o presente capítulo objetiva fazer uma análise longitudinal do processo de inserção laboral feminina no período de 1960 a 2009, apontando as principais mudanças e continuidades, bem como a relacionando com a inserção masculina no mercado de trabalho. As fontes de dados utilizadas para efetuar esta análise são o Censo Demográfico (CD), de 1960 a 1980, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos anos 1992, 1995, 1999 e 2009, ambas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O capítulo é dividido em sete seções além desta introdução. A primeira busca explicar as principais variáveis e conceitos utilizados na análise, ao passo que as demais procuram caracterizar a inserção laboral feminina com base em indicadores selecionados. Assim, a segunda seção analisa o comportamento das taxas de atividade e de desemprego por gênero; a terceira e a quarta seções destacam as principais características setoriais e ocupacionais do mercado de trabalho durante o período de análise; a quinta e a sexta apresentam estatísticas de renda e de jornada de trabalho nas últimas décadas; e, por fim, a última seção sistematiza as principais conclusões do capítulo, apontando os avanços as mudanças e continuidades no mercado de trabalho brasileiro sob a ótica de gênero.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS E INDICADORES

Dentre as várias dificuldades existentes para a análise do comportamento do mercado de trabalho brasileiro, destaca-se a que se refere aos dados disponíveis, provenientes de diversas fontes, os quais são muitas vezes incompatíveis entre si e

mesmo internamente. Os empecilhos são agravados quando se trata de séries temporais longas, já que normalmente ocorrem mudanças na metodologia das pesquisas.

No Brasil, os principais dados acerca da atividade populacional são elaborados pelo IBGE, através o Censo Demográfico (CD) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Outras pesquisas importantes são a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), elaborada pelo IBGE, e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), gerenciada pela Fundação SEADE e pelo DIEESE.

Existem também levantamentos de dados por estabelecimento, elaboradas pelo IBGE, como os Censos Econômicos Setoriais, realizados a cada cinco anos, tendo como abrangência os estabelecimentos com mais de cinco empregados, a Pesquisa Industrial Anual e a Pesquisa Industrial Mensal. Por fim, existem duas pesquisas sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

O Censo Demográfico iniciou-se em 1872 e desde 1940 é realizado pelo IBGE no último ano de cada década. É a única pesquisa que abrange todos os domicílios brasileiros, tanto das áreas urbanas como das rurais, reunindo informações sobre número de pessoas, sexo, idade, educação etc. Pela sua abrangência o CD constitui uma fotografia completa do mercado de trabalho brasileiro, além de ser a única fonte a fornecer séries históricas de longo prazo. No entanto, sua mensuração foi perdendo gradualmente a comparabilidade temporal, especialmente em relação às atividades das mulheres e jovens, tendo em vista as mudanças no conceito e na mensuração da atividade econômica (WAJNMAN; RIOS-NETO, 2000).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é realizada desde 1967. Não possui a mesma abrangência espacial do Censo Demográfico, visto que, até 2003, apresentava limitações para a zona rural da Região Norte, não agregando informações sobre as áreas rurais dos Estados de Tocantins, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Por outro lado, permite captar as mudanças nas taxas de atividade de modo mais contemporâneo do que os Censos. Não obstante, como as expansões das PNADs são feitas com base nos Censos

Demográficos, quanto mais afastadas dos anos censitários menos confiáveis serão suas estimativas.

A partir de 1992, a PNAD introduziu uma mudança em seu conceito de atividade, atendendo às novas normas internacionais, do que resultou uma elevação nas suas taxas. Assim, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, sendo incluídos no grupo de pessoas ocupadas os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso, além de atividades não-remuneradas com pelo menos uma hora de duração por semana.

A análise dos dados referentes ao mercado de trabalho é elaborada por meio de indicadores julgados importantes para descrever a inserção de indivíduos na atividade produtiva. São indicadores básicos: a População em Idade Ativa (PIA), a População Economicamente Ativa (PEA), o número de pessoas ocupadas e o número de pessoas desempregadas. No Brasil, assim como nos demais países em desenvolvimento, são consideradas integrantes da PIA as pessoas com 10 anos ou mais, não se adotando um critério de idade limite. A PIA divide-se em População Economicamente Ativa e População Não Economicamente Ativa, ou, simplesmente, inativos.

O conceito de PEA teve algumas variações no decorrer dos anos. Atualmente, compõem a PEA as pessoas ocupadas e desempregadas, nestas considerados os indivíduos que tomaram alguma providência para procura de trabalho na semana de referência (PNAD) ou no mês de referência (CD). Na condição de pessoas ocupadas estão classificadas aquelas que exerceram trabalho durante a semana ou mês de referência da pesquisa e também as que não estavam trabalhando em decorrência de férias, licenças, greves etc. São consideradas, nesse sentido, como parte integrante da PEA, as pessoas que exercem ou buscam efetivamente exercer atividades produtivas. Esta noção, no entanto, é controversa, tendo em vista que os trabalhos domésticos, até o momento, não são classificados como produtivos.

As categorias populacionais são utilizadas para o cálculo das taxas de participação, ocupação e desemprego, também elas variáveis-chave para demonstrar o comportamento do mercado de trabalho ao longo dos anos. A taxa de participação é determinada pela razão entre a PEA e a PIA, permitindo evidenciar o contingente relativo da população que se encontra no mercado de trabalho. A taxa

de ocupação é calculada pela razão entre a população ocupada e a PEA e expressa o peso da população ocupada na População Economicamente Ativa. Por fim, a taxa de desemprego, que demonstra o nível do desemprego sobre a PEA, é calculada pela fórmula população desempregada/PEA. Esses indicadores e suas qualificações são utilizados na análise que segue, aos quais são acrescentados indicadores sobre rendimentos no trabalho e tempo de trabalho.

2.2 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE, DA OCUPAÇÃO E DO DESEMPREGO

A análise da atividade no mercado de trabalho brasileiro nas últimas cinco décadas, sob a ótica de gênero, chama a atenção para o intenso crescimento dos índices femininos, ao mesmo tempo em que se verifica uma constante queda nos índices masculinos. Dessa forma, o Gráfico 1 demonstra que, em 1960, a taxa de participação feminina era de 16,55% passando para 52,66% em 2009, ou seja, há um crescimento de 218,19% no período. No caso dos homens, esta taxa, que era de 77,18% em 1960, caiu para 72,25% em 2009, registrando, portanto, um decréscimo de 6,39% na participação relativa masculina. O crescimento da taxa de participação dos brasileiros no mercado de trabalho neste meio século deve-se inteiramente ao enorme afluxo de mulheres à atividade produtiva.

No caso dos dados referentes à ocupação apresentados no Gráfico 2, observa-se que a taxa de ocupação das mulheres cresceu, de 16,5%, em 1960, para 46,8% em 2009, ou seja, houve um expressivo crescimento de 183,64% no período. Já para os homens, o percentual de ocupados passou de 76,6%, em 1960, para 67,77% em 2009, o que corresponde a uma diminuição de 11,53% na taxa. Dessa forma, os indicadores da taxa de ocupação seguiram a mesma tendência da taxa de participação por gênero.

Os gráficos evidenciam, ainda, algumas especificidades importantes por subperíodos. Vale notar, nesse sentido, o grande salto nas taxas de atividade e de ocupação femininas entre os anos 1970 e 1992. Esse movimento pode ser resultado tanto das transformações no mercado de trabalho brasileiro, como também das mudanças metodológicas na PNAD, em 1992. No entanto, ainda que os efeitos das

mudanças metodológicas não tenham sido estimados, acredita-se que eles tenham menor importância neste processo, na medida em que as taxas de participação masculinas não tenham apresentado variações da mesma ordem que as femininas.

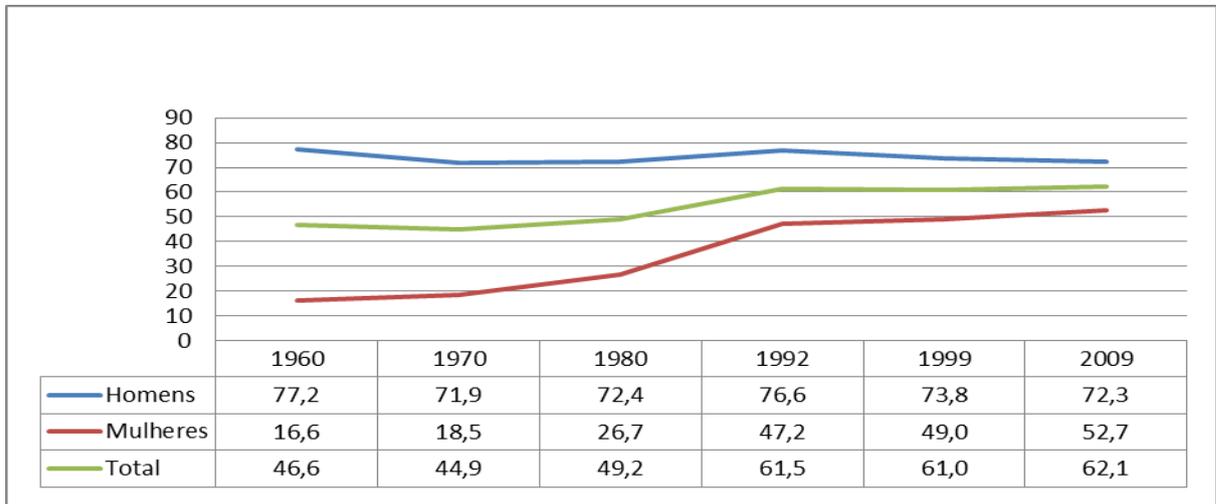


Gráfico 1 – Taxa de participação por gênero, Brasil, 1960/2009 (%)

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IBGE, Censo Demográfico (1960 a 1980) e PNAD (1992 a 2009).

Nos anos 1990, há uma discrepância entre as taxas de participação e de ocupação para as mulheres, verificando-se uma variação positiva no indicador de participação (3,8%) e negativa no de ocupação (-0,9%). As diferenças de variação anual entre as taxas de participação e ocupação, para as categorias homens e total também são relevantes neste período. No caso dos homens, a variação na taxa de participação no período é de -3,7%, e na taxa de ocupação é de -6,2%, enquanto estes mesmos índices variam -0,8% e -4,2%, respectivamente, no total da população. Os resultados estão em conformidade com o rápido crescimento do nível de desemprego no período, o que será abordado mais adiante nesta seção.

O fato de a taxa de atividade feminina, ao longo dos últimos cinquenta anos, ter sido a responsável pelo crescimento da participação total revela importantes mudanças econômicas, sociais, demográficas e culturais ocorridas no país, as quais assemelham-se ao que se passou em outras nações sob o impacto da industrialização.

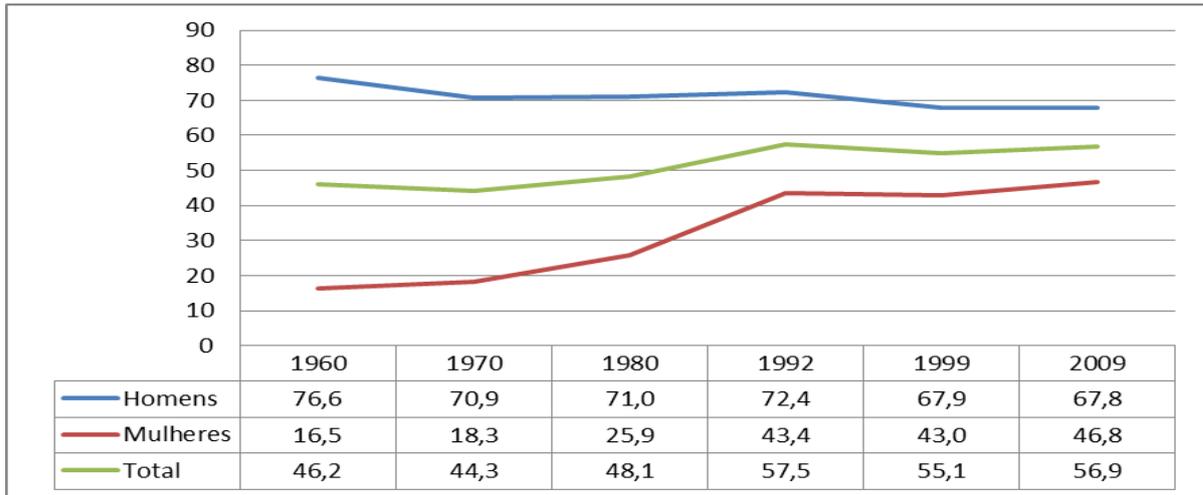


Gráfico 2 - Taxa de ocupação por gênero, Brasil, 1960/2009 (%)

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IBGE, Censo Demográfico 1960 a 1980 e PNAD 1992 a 2009.

Inicialmente, a inserção feminina no mercado de trabalho é concomitante com o desenvolvimento e a consolidação do sistema capitalista no século XIX, quando as fábricas demandavam mão-de-obra de mulheres e crianças, e as famílias operárias eram levadas a ofertar este trabalho, devido à baixa remuneração e a falta de regulamentação trabalhista. O trabalho feminino, nesse sentido, era considerado degradante, pois eram as mulheres das famílias pobres que se obrigavam a deixar o lar e o cuidado dos filhos para se submeterem aos trabalhos nas fábricas e minas.

Foi nessa época, também, que iniciou a instrução das mulheres, já que o mercado também necessitava de mão de obra minimamente qualificada. Esse processo possibilitou a organização das mulheres trabalhadoras, que passaram a reivindicar direitos iguais aos dos homens numa luta por sua emancipação (MÉNDEZ, 2005).

As mudanças associadas ao desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil tornaram as mulheres uma fonte de mão de obra em potencial. Esse movimento, no entanto, não significou uma conquista de maior igualdade entre os dois sexos; ao contrário, a dinâmica do ingresso das mulheres no mercado de trabalho brasileiro explicitou as relações patriarcais existentes na sociedade agrária, tendo sido sustentadas por setores governamentais, religiosos e científicos.

Uma grande parte das mulheres que ingressaram no mercado de trabalho entre as décadas de 1950 e 1970 eram, principalmente, jovens e solteiras. Segundo

a historiadora Maria Lúcia Beher Machado (2004) com base em pesquisa empírica, entre as trabalhadoras da Indústria metalúrgica Senegaglia, localizada no estado do Paraná, era comum a pressão que as funcionárias tinham para deixar o serviço na fábrica logo após o casamento. Ao deixarem o trabalho, as mulheres abdicavam de todas as garantias trabalhistas na expectativa de melhorarem sua situação econômica, o que muitas vezes não acontecia, pois a renda do marido não se mostrava suficiente para sustentar a família, Já as mulheres que permaneciam no mercado de trabalho eram obrigadas a cumprir dupla jornada, uma vez que sua principal atividade deveria ser o trabalho doméstico.

Na década de 1970, o país passou por um processo de industrialização e crescimento econômico acelerados, ancorado no aumento do endividamento externo. Essas transformações econômicas irão refletir no mercado de trabalho, visto que há um considerável crescimento na participação feminina, principalmente entre as mulheres jovens, solteiras, pouco instruídas e de baixa renda.

Os anos de 1980 e 1990 são marcados por grandes oscilações na política econômica. Entre 1986 e 1994 o país passou por seis planos econômicos, que tinham como principal objetivo reduzir a alta inflação. Ademais, os anos 1980 foram marcados por uma recessão ocasionada, principalmente, por desequilíbrios na balança de pagamentos. Houve uma queda no ritmo de crescimento do produto interno bruto, assim como na indústria de transformação, principalmente de bens de consumo duráveis e bens intermediários. Essa tendência refletiu-se diretamente no mercado de trabalho, com aumento do desemprego e do subemprego, bem como já nos primeiros anos da década, um aumento da importância do setor terciário e do setor público geradores de emprego. Segundo Bruschini (1998, p.20),

Do ponto de vista do emprego e da renda, a década de 80 assistiu a uma deterioração das condições gerais do mercado urbano, tendo em vista o crescimento relativamente lento do emprego, o aumento da proporção de assalariados sem contrato de trabalho formalizado, a redução nos níveis de salário real e a corrosão do poder de compra dos salários ocasionada pela inflação.

Essa tendência se manteve durante os anos 1990, quando também se acelerou o processo de abertura econômica baseada nas diretrizes do Consenso de Washington, que pregava, entre outros pontos, maior liberalização comercial e

financeira da economia dos países em desenvolvimento. Dessa forma, nos primeiros anos desta década, durante o governo Collor de Mello (1990 a 1992), houve um crescimento do nível de importações que se refletiu na falência de algumas indústrias e, também, no aumento da produtividade.

As empresas que conseguiram se manter no mercado passaram por um processo de reestruturação produtiva, baseado em modelos de gerência da qualidade total, em processos “just-in-time” e no enxugamento de pessoal. Assim, houve nova diminuição do nível de emprego na indústria na década de 1990. Cabe lembrar que esse setor fora protegido pelos governos anteriores, sendo tradicionalmente o principal responsável pela oferta de postos de trabalho de qualidade no que tange à maior proteção trabalhista e a salários mais elevados.

O movimento de precarização do mercado de trabalho continuou após o Plano Real, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A política de estabilização monetária, dependente de uma âncora cambial, associada à abertura econômica abrupta para o exterior, e à manutenção de altas taxas de juros, acarretou um baixo crescimento da indústria. Outro processo com impacto direto no aumento do desemprego e do subemprego durante os anos 1990 foi a política de privatizações de empresas e de bancos estatais, iniciada nos governos Collor de Mello e Itamar Franco e que se aprofundou no período de Fernando Henrique Cardoso, determinando a diminuição de postos de trabalho formais.

As características do mercado de trabalho nas últimas décadas, com a manutenção de taxas positivas de participação feminina, concomitante com o percentual decrescente de homens ocupados, refletiram sobre a estrutura familiar. Há, nesse sentido, um aumento da importância da renda feminina nas famílias. Essa tendência impactou também na mudança do perfil da mulher ingressante no mercado de trabalho, a partir dos anos 1990, visto que o maior crescimento da PEA feminina nesta década foi compreendido principalmente por mulheres maiores de 25 anos, cônjuges, mais instruídas e com maiores rendas, caracterizando ainda a maior permanência das mulheres com filhos no mercado de trabalho. (HOFFMANN; LEONNE, 2004)

Outros aspectos apontados por Hoffmann e Leonne, (2004), que contribuíram para esta tendência, foram as mudanças sociais e demográficas, como a diminuição da fecundidade feminina, principalmente nas regiões mais desenvolvidas do país, e

o crescente número de divórcios e de mulheres chefes de famílias. Destacam-se, também, aspectos culturais, com a expansão do movimento feminista a partir da década de 1970, e mudanças na concepção do papel da mulher na sociedade, incentivadas pela expansão de sua presença no ensino universitário e em espaços públicos. (BRUSCHINI, 1998).

Concomitante ao crescimento das taxas de atividade e de ocupação ao longo das últimas décadas registrou-se também um aumento tendencial no nível de desemprego total e nas duas categorias analisadas, conforme se observa no Gráfico 3. O crescimento do desemprego ocorreu, principalmente, nos anos 1980 e 1990, com destaque para a dinâmica do desemprego feminino.

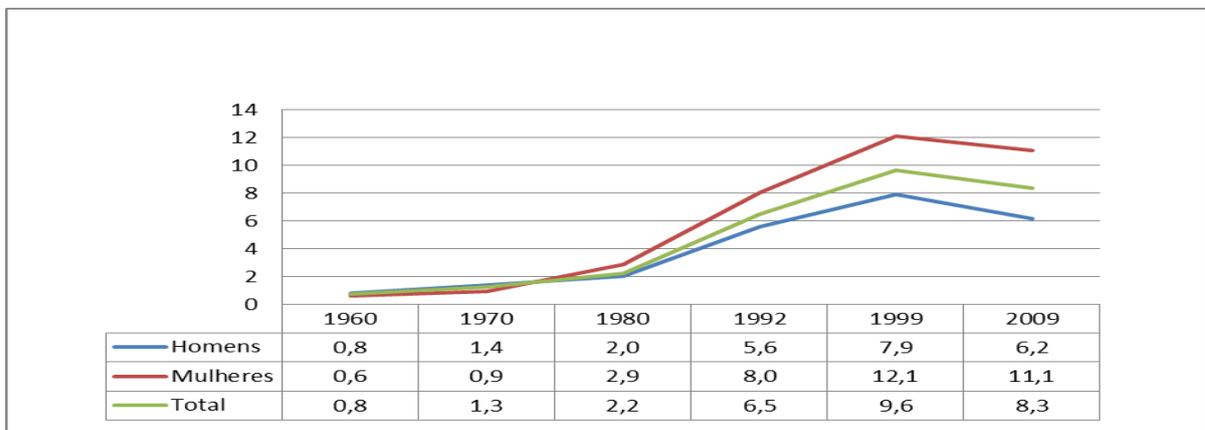


Gráfico 3- Taxa de desemprego por gênero, Brasil, 1960/2009 (%)

Fonte: Elaborada pela autora com dados do IBGE, Censo Demográfico 1960 a 1980 e PNAD 1992 a 2009.

Dessa forma, percebemos que o crescimento nas taxas de atividade feminina foi acompanhado por um aumento substancial do desemprego das mulheres. Ou seja, o mercado de trabalho brasileiro não conseguiu suprir a demanda por novos postos para mulheres. O comportamento do desemprego por gênero revela ainda que até o ano de 1980, homens e mulheres apresentavam taxas semelhantes. Houve, no entanto, uma mudança importante na década de 1980, visto que a taxa de desemprego feminina afastou-se largamente da masculina. Em 1992, a taxa de desemprego das mulheres era 42,86% maior do que a dos homens.

O deslocamento da taxa de desemprego feminino pode ser explicado tanto pelo grande aumento da oferta de mão de obra no período, como também pela crescente concorrência entre homens e mulheres por postos de trabalho nos setores

de serviços e comércio, tendo em vista a diminuição do emprego industrial, Lavinás (2000). A partir dos anos 1990, a mulher passa a concorrer com o homem em postos de trabalho onde a participação deles era tradicionalmente minoritária.

O quadro de precarização do mercado de trabalho e de aumento do desemprego irá se modificar a partir da segunda metade dos anos 2000, em decorrência de uma retomada mais firme do crescimento econômico com gradual abertura de postos de trabalho com carteira assinada (EMPREGO..., 2008). Dentre as causas que levaram, a partir de 2004, à diminuição da informalidade e ao aumento das taxas de emprego destaca-se a estabilidade monetária alcançada pela mudança no regime cambial em 1999 que fortaleceu os produtores de bens comercializáveis e elevou a confiança no país, favorecendo o aumento do investimento e a contratação de mão-de-obra.

Registrou-se, também, a partir de 2003 um elevado saldo comercial principalmente por conta das exportações de grandes empresas que se fortalecem, elevando substancialmente o nível de reservas cambiais do país. Outros fatores referem-se à redução do valor real dos salários no período anterior, diminuindo os custos da formalização, e também o esgotamento, no final dos anos 1990, do ciclo de reestruturação da indústria de transformação.

Os anos finais da década apresentaram outras mudanças importantes, como a diminuição das desigualdades sociais e dos índices de pobreza, que impactaram positivamente no mercado de trabalho através do crescimento do mercado interno, já que a elevação dos rendimentos das famílias mais pobres incentivou novos empreendimentos intensivos em mão-de-obra. Contribuiu ainda para a maior absorção de trabalhadores a expansão do crédito, em especial nos setores intensivos em mão-de-obra como a construção civil.

Apesar das importantes mudanças apresentadas nos anos 2000, há uma continuidade dos elevados índices de desemprego feminino em relação ao masculino. No Gráfico 3, verificamos que a diminuição da taxa de desemprego dos homens entre 1999 a 2009 é de 21,52%, bem superior à das mulheres, que não passou de 8,26%. Assim, a diferença entre essas taxas de desemprego passou de 53,16%, em 1999, para 79,03%, em 2009, intensificando-se o processo de deslocamento do desemprego feminino. Ou seja, o elevado crescimento da oferta de

postos de trabalhos formais no Brasil, nos anos 2000, mostrou-se insuficiente para suprir a demanda decorrente do intenso crescimento da PEA feminina.

2.3 A ESTRUTURA SETORIAL DA OCUPAÇÃO POR GÊNERO

O acentuado crescimento da participação laboral feminina e o constante decréscimo da masculina nas últimas cinco décadas acompanharam mudanças no perfil dos trabalhadores brasileiros. Essas transformações são evidenciadas na estrutura setorial e ocupacional por gênero durante o período. A análise dos dados dos Censos e PNADs e da literatura sobre o assunto elucida as evoluções mais importantes na participação da mulher por setores, mas, por outro lado, aponta também para um processo de continuidade de características do passado, como a permanência de nichos ocupacionais. Utilizamos, para análise da estrutura setorial da ocupação e ocupacional por posição a variação em pontos percentuais (p.p.), procurando resultados mais compatíveis com a relevância percentual de cada setor e posição ocupacional.

A evolução da estrutura setorial da ocupação indica que as mudanças econômicas, demográficas e culturais entre os anos 1960 e 2009, impactaram diretamente no mercado de trabalho (Tabela 1). Um desses aspectos é a acelerada urbanização do território nacional. Em 1960, grande parte da população exercia atividades agrícolas, que agregava 54,82% dos ocupados. Esse mesmo índice passa para 29,95% em 1980 e 16,95% em 2009, ou seja, há uma diminuição de aproximadamente 38 p.p. na ocupação em atividades agrícolas no país.

A migração de grande parte dos trabalhadores das atividades agrícolas para os demais setores ocorre de modo que, em 1980, observa-se um considerável crescimento do setor industrial (13,15 p.p. em relação a 1960) e, também, das atividades sociais (4 pontos percentuais no mesmo período). Essa tendência é resultado de diversos fatores, como políticas de incentivo à indústria nacional, aumento da escolaridade da população, expansão de cursos universitários e maior procura por atividades urbanas, entre outros.

Tabela 1 - Pessoas ocupadas de 10 anos ou mais por setor de ocupação, Brasil, 1960/2009 (%)

| Anos e Sexo | | Atividades agrícolas | Atividades industriais | Comércio e reparação | Serviços | Transporte, armazenagem e comunicação | Atividades sociais | Administração pública |
|-------------|------|----------------------|------------------------|----------------------|----------|---------------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Total | 1960 | 54,82 | 12,33 | 6,55 | 12,08 | 4,65 | 3,04 | 3,15 |
| | 1980 | 29,95 | 25,48 | 9,55 | 16,64 | 4,26 | 7,03 | 4,07 |
| | 2009 | 16,95 | 14,67 | 17,78 | 23,38 | 4,79 | 9,37 | 5,13 |
| Homens | 1960 | 60,19 | 12,38 | 7,06 | 6,79 | 5,44 | 1,42 | 3,41 |
| | 1980 | 26,81 | 47,16 | 7,10 | 7,42 | 4,03 | 2,06 | 3,28 |
| | 2009 | 20,48 | 16,16 | 18,53 | 19,73 | 7,19 | 3,90 | 5,41 |
| Mulheres | 1960 | 30,25 | 12,09 | 4,18 | 36,29 | 1,03 | 10,44 | 1,99 |
| | 1980 | 14,00 | 15,50 | 9,65 | 34,55 | 1,21 | 18,43 | 3,21 |
| | 2009 | 12,21 | 12,67 | 16,78 | 28,29 | 1,54 | 16,73 | 4,75 |

Fonte: Elaborada pela autora com dados do IBGE, Censo Demográfico 1960, 1980 e PNAD 2009.

Nota: Não está contabilizada a categoria "outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas".

Mesmo perdendo espaço para os demais setores, a agricultura permaneceu na condição de principal empregador no início dos anos 1980, agregando quase 30% da população ocupada. Em 2009, seu peso diminuiu para 16,95%, ainda assim, foi o setor individual, em nossa classificação, que mais empregou homens neste ano, compondo 20,48% da mão de obra masculina. O trabalho agrícola segue, portanto, como um desafio para o desenvolvimento brasileiro, na medida em que constitui o terceiro setor em percentual de trabalhadores e concentra os maiores índices de pobreza e informalidade (DEDDECA, 2010). Deve-se levar em conta, não obstante, que em 2009, os dados da tabela refletem também a nova metodologia de classificação da PEA, que inclui, como ocupados, os trabalhadores na produção para consumo próprio, categoria exercida principalmente no meio rural.

O setor industrial era o segundo mais relevante em 1980, compondo 25,48% do total da população ocupada. Sua importância, no entanto, diminuirá drasticamente. Em 2009, passou para a terceira posição em percentual de ocupação, ficando atrás inclusive do setor agrícola. Este processo é resultado da reversão na tendência de alto crescimento da economia brasileira, iniciada com a crise da dívida e o segundo choque do petróleo em 1979, e das políticas econômicas de estabilização dos anos 1980 e 1990, sendo agravados pelo processo

de abertura econômica, reorganização produtiva, e forte crescimento da produtividade industrial, nos anos 1990, que determina um enxugamento de trabalhadores no setor. Os mais prejudicados nesse contexto foram os homens, tendo em vista que a indústria empregava, em 1980, 47,16% da mão de obra masculina, passando para 16,16% em 2009.

Houve, assim, um considerável crescimento na absorção relativa de mão de obra, entre 1980 a 2009, por setores caracteristicamente urbanos e terciários, como o comércio e reparação, bem como os tradicionalmente femininos, vinculados a serviços e atividades sociais. Continuou, ainda, o crescimento relativo nas atividades ligadas à administração pública.

A diminuição dos empregos na indústria e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho levaram à maior concorrência entre homens e mulheres em outros setores de atividade. O setor de serviços é ilustrativo desse processo. Em 2009, o setor empregou 23,38% do total de pessoas ocupadas. Ele era responsável, em 1960, pela absorção de 36,29% das mulheres e de 6,79% dos homens. Já em 2009, o percentual feminino ocupado neste setor reduziu-se para 28,29%, ou seja, uma diminuição de 8 p.p. . No caso dos homens, este mesmo índice passou para 19,73%, havendo um crescimento de aproximadamente 13 p.p. em relação a 1960.

A tendência de crescimento ocupacional dos homens em espaços historicamente femininos pode ser observada também nas atividades sociais ligadas a serviços comunitários, médicos, odontológicos e de ensino - embora este setor ainda represente as menores taxas de ocupação masculina. O percentual de homens que exercem atividades sociais foi crescente nos três períodos analisados, passando de 1,42%, em 1960, para 2,06% em 1980, e 3,9% em 2009.

Há, nesse sentido, uma relativa desconcentração das atividades ao longo dos anos para ambos os sexos. No caso das mulheres, sua presença continua sendo principal em alguns setores tradicionais, principalmente o de serviços e as atividades sociais, como pode ser observado no Gráfico 4. Esses setores concentraram juntos em torno de 47% da mão de obra feminina em 1960, avançando para 53% em 1980, mas recuando para 45% em 2009.

Ou seja, há uma tendência de deslocamento da mão de obra feminina para outras atividades, principalmente as de comércio e reparação e na administração

pública, cujas proporções cresceram, respectivamente, 12,6 p.p. e 2,76 p.p. , de 1960 a 2009. O avanço das mulheres nestes setores supera o crescimento masculino no período, que foi de 11,47p.p. nas atividades comerciais e 2 p.p. na administração pública. A maior presença feminina em cargos públicos representa presença crescente em empregos de maior proteção trabalhista, estabilidade e remuneração.

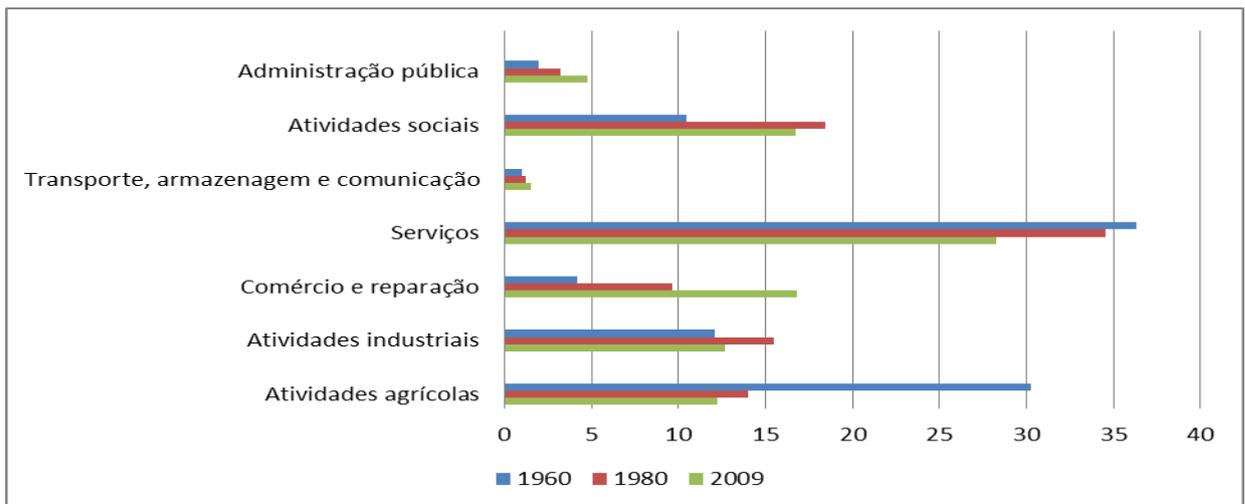


Gráfico 4- Estrutura setorial da ocupação feminina, Brasil, 1960/2009 (%)

Fonte: Elaborada pela autora com dados do IBGE, Censo Demográfico 1960, 1980, PNAD 2009.

2.4 A ESTRUTURA OCUPACIONAL POR GÊNERO

O perfil da estrutura ocupacional por posição na ocupação nos permite analisar, ainda que indicativamente, a evolução da qualidade do emprego. A Tabela 2 mostra que, entre os anos 1960 e 2009, houve várias mudanças nas características do trabalho brasileiro. A principal mudança está no aumento relativo do número de trabalhadores na condição de empregado, especialmente entre 1960 e 1980, como resultado do crescimento industrial e da urbanização do país. Também o número de empregadores cresceu como proporção do total de ocupados. Em contrapartida, observou-se, durante este período, uma diminuição no percentual de trabalhadores por conta própria e de não remunerados, o que pode ser resultado

principalmente do êxodo rural, pois existe uma grande parcela de trabalhadores agrícolas autônomos e não remunerados.

Tabela 2- Evolução da estrutura ocupacional por posição na ocupação, Brasil, 1960/2009 (%)

| Anos e Sexo | | Empregados | Empregadores | Conta própria | Não remunerados | Demais |
|-------------|------|------------|--------------|---------------|-----------------|--------|
| Total | 1960 | 47,89 | 1,87 | 31,39 | 14,97 | 3,87 |
| | 1980 | 66,40 | 2,56 | 24,95 | 5,28 | 0,81 |
| | 2009 | 66,39 | 4,31 | 20,48 | 4,64 | 4,19 |
| Homens | 1960 | 45,38 | 2,19 | 33,86 | 14,01 | 4,55 |
| | 1980 | 62,87 | 3,14 | 28,40 | 4,90 | 0,69 |
| | 2009 | 64,32 | 5,53 | 23,74 | 3,37 | 3,04 |
| Mulheres | 1960 | 57,81 | 0,46 | 21,03 | 19,85 | 0,84 |
| | 1980 | 75,86 | 0,98 | 15,71 | 6,29 | 1,16 |
| | 2009 | 69,18 | 2,65 | 16,08 | 6,34 | 5,74 |

Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE: Censo Demográfico 1960, 1980, PNAD 2009.

Nota: Inclui pessoas de 10 anos ou mais.

¹ São classificadas na categoria “Demais” os trabalhadores “parceiros” e “sem declaração” em 1960; em 1980 os trabalhadores “sem declaração”, e, em 2009 os trabalhadores na “produção para o próprio consumo” e trabalhadores na “construção para o próprio uso”.

Vale destacar que existe uma diferença entre as classificações por posição durante os anos, assim, foram classificados no grupo “Demais”, os trabalhadores “parceiros” e “sem declaração” em 1960. Em 1980, fazem parte deste grupo os trabalhadores “sem declaração”. Em 2009, foram incluídos nessa categoria os trabalhadores na “produção para o próprio consumo” e trabalhadores na “construção para o próprio uso”, que começam a aparecer nas pesquisas a partir de 1992, em que houve a mudança metodológica descrita anteriormente. Podemos notar que a nova metodologia influenciou nos resultados da distribuição ocupacional especialmente em 2009. Este ano apresentou a maior elevação na categoria “Demais”, o que pode ter influenciado nos resultados relativos das outras categorias.

Os dados apontam para algumas diferenças de intensidade da variação, e poucas diferenças de tendência entre os gêneros no período. Podemos perceber, nesse sentido que mulheres e homens ocupam posições precárias no mercado de trabalho, permanecendo as mulheres mais vulneráveis a exercer funções não remuneradas e para o próprio consumo e os homens com maior participação em atividades por conta própria, indicando grande presença masculina em atividades

informais. Por outro lado, há maior presença feminina na posição de empregados em todo o período, já os homens são maioria como empregadores.

Quanto às diferenças de tendência, estas podem ter sido influenciadas, em certa medida, pelas mudanças na metodologia. Há nesse sentido, entre os anos de 1980 a 2009, uma diminuição do percentual de mulheres empregadas e, em contrapartida, o aumento da participação feminina na categoria “Demais”. No caso dos homens o percentual de empregados apresenta tendência crescente em todo o período, e o percentual masculino na categoria “Demais”, que havia apresentado uma tendência decrescente entre 1960 a 1980, apresentou crescimento no período de 1980 a 2009.

A participação feminina na categoria “Demais”, no entanto, supera a masculina em mais de 50% no ano de 2009, essa característica deve-se principalmente ao maior percentual de trabalhadoras na produção para o próprio consumo, posição que representou aproximadamente 6% da mão de obra feminina e 3% da masculina em 2009. Outra diferença de tendência entre os gêneros no período de 1980 a 2009 é que as mulheres apresentaram estagnação nas posições de conta própria e não remunerados. O mesmo não ocorre para os homens, que apresentaram índices decrescentes nas duas categorias.

O Gráfico 5, indica a distribuição das mulheres por ocupação entre os anos de 1960 a 2009. Podemos perceber pelos dados que a maioria das mulheres ocupa a posição de empregadas, o que poderia representar maior qualidade no emprego, em termos de proteção trabalhista. Há, no entanto, uma grande concentração de empregadas que exerce atividade de domésticas, ocupação pouco favorecida em termos de remuneração e direitos sociais.

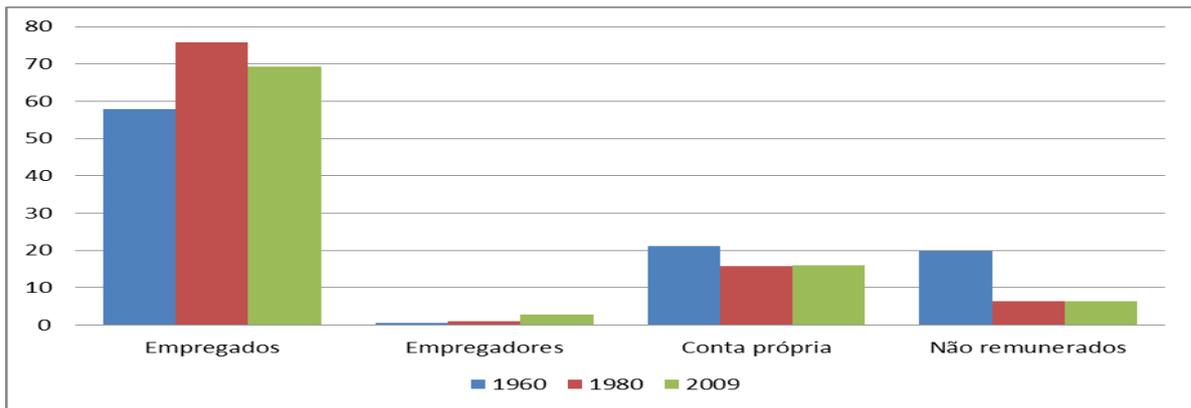


Gráfico 5- Estrutura ocupacional das mulheres por posição na ocupação, Brasil, 1960/2009 (%)
 Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE, Censo Demográfico 1960, 1980, PNAD, 2009.

A categoria de atividade doméstica foi introduzida na PNAD de 1992, e representa trabalhadores que exercem atividades domésticas remuneradas, excluindo-se assim, as donas de casa. Dessa forma, para elaborar a Tabela 2, no ano de 2009 o trabalho doméstico foi somado com a ocupação de empregado, o que ocorre também nos anos censitários de 1960 e 1980. A estimativa da atividade doméstica é importante na medida em que esta ocupação representa uma considerável parcela das trabalhadoras brasileiras. Pelos dados censitários de 1960, 22,82% das mulheres exerciam atividades domésticas remuneradas, esse percentual passou para 20,58% em 1980, e 17,03% em 2009. Já para os homens, o percentual não chega a 1% nos três anos estudados.

Mesmo que exista uma diminuição no número relativo de domésticas ao longo dos anos, elas ainda representam um contingente apreciável das trabalhadoras empregadas em 2009. Essa atividade, no entanto, é uma das menos favorecidas, tendo em vista as baixas remunerações e a falta de proteção trabalhista¹. Os dados da PNAD de 2009 demonstram que 97,53% das trabalhadoras domésticas recebiam até dois salários mínimos e que 73,67% não possuíam carteira assinada.

Por outro lado, percebe-se um avanço entre as mulheres empregadoras, já que elas não chegavam a 1% até 1980, e passaram a 2,65% em 2009. Esse movimento é importante na medida em que determina maiores espaços femininos em atividades

¹ Para maiores informações acerca de características sobre o trabalho doméstico feminino ver Bruschini e Lombardi, 2000, e Bruschini, 2000.

de prestígio, tendo em vista que 35,31% das mulheres empregadoras receberam mais de cinco salários mínimos em 2009, segundo dados da PNAD. O percentual de mulheres empregadoras, no entanto, é bem inferior ao masculino, que chegou a 5,53% em 2009. Além disso, os homens empregadores possuem maiores remunerações do que as mulheres. O percentual masculino que recebeu mais de cinco salários mínimos em 2009, foi de 42,31%.

A crescente presença feminina em trabalhos de prestígio tem como fatores principais a maior inserção das mulheres nas universidades a partir dos anos 1960, resultado de mudanças culturais, em que se destaca o movimento feminista. Esse tema é abordado por Bruschini e Lombardi (2000), que apontam para o aumento do número de mulheres em áreas ligadas à saúde, como a medicina e odontologia, tendo em vista que sua presença era, respectivamente, de 42% e um terço em 1991, segundo dados das RAIS coligados pelas autoras.

Outras atividades de formação universitária que vêm apresentando consideráveis avanços na presença feminina, segundo as autoras, são a engenharia e arquitetura e, principalmente, a área jurídica, nas carreiras de juízas, procuradoras e promotoras públicas. As mulheres magistradas, por exemplo, tiveram um crescimento de 8% em 1980, para 20% do total de juízas em 1991. No entanto, essas profissionais ainda estariam sujeitas à discriminação salarial, pois em todas as profissões analisadas as mulheres recebiam salários inferiores ao dos homens.

Lombardi (2001) enfatiza que a presença das mulheres na área das engenharias, um terreno majoritariamente masculino, cresceu paulatinamente durante os anos 1990. A autora destaca, no entanto, que mesmo havendo um avanço das mulheres nessa área, principalmente nas engenharias química e de organização e métodos, existe uma “segregação horizontal” nos setores de atividade em que elas participam, a exemplo do que ocorre com as demais trabalhadoras. Dessa forma, as engenheiras se inserem mais facilmente nos setores de serviços, consultoria e pesquisa e na administração pública, ou seja, áreas onde a concentração feminina já é normalmente maior, ou bastante crescente.

O perfil ocupacional das mulheres teve avanços importantes nas últimas cinco décadas, em que se destacam a maior presença de empregadoras e em funções de prestígio, o que representa maiores remunerações. Não obstante, percebe-se que dentro do segmento dos empregadores, as mulheres sofrem padrões diferenciados

de gênero. Com base em pesquisa realizada nas 500 maiores empresas do país (GONÇALVES; GASTALDI, 2008), verifica-se discriminação dentro das grandes corporações empresariais. Os resultados da pesquisa demonstram que, em 2007, 88,5% dos cargos executivos foram ocupados por homens e somente 11,5% por mulheres. Quanto aos cargos de gerência, 75,4% foram ocupados por homens e 24,6% por mulheres, e nos de supervisão o percentual foi de 63% para os homens e 37% para as mulheres. A presença feminina se destacou somente no quadro funcional, em que sua participação chega a 35%. Evidencia-se, portanto, uma menor participação feminina em todos os níveis hierárquicos e esta tendência é tanto maior quanto mais alto for o cargo.

2.5 CARACTERIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS POR GÊNERO

O crescimento econômico brasileiro é historicamente concentrado, o que revelam as elevadas taxas de desigualdade social e pobreza do país. Os anos 1980 e 1990 apresentam uma elevação nos índices de desigualdade de renda, tendência que irá diminuir principalmente a partir dos anos 2000. Algumas causas associadas a essa característica a partir da década de 1980, são os elevados índices de inflação, o baixo crescimento econômico vinculados a períodos de recessão e o aumento do desemprego e da informalidade. Há, nesse sentido, uma maior concentração pessoal para os rendimentos do trabalho nas faixas de renda inferiores, o que pode ser visto no Gráfico 6.

A tendência de concentração de renda apresentou alterações nos períodos de 1992 a 2001 e 2001 a 2009. Podemos perceber um movimento inicial de menor concentração do percentual de pessoas com rendimentos em torno do salário mínimo entre os anos de 1992 e 2001. Assim, a curva de 1992, indica que cerca da metade da população ocupada recebia até um salário mínimo, a faixa de até dois salários mínimos concentrava em torno de 70% da população, e em torno de 80% das pessoas recebiam até três salários mínimos.

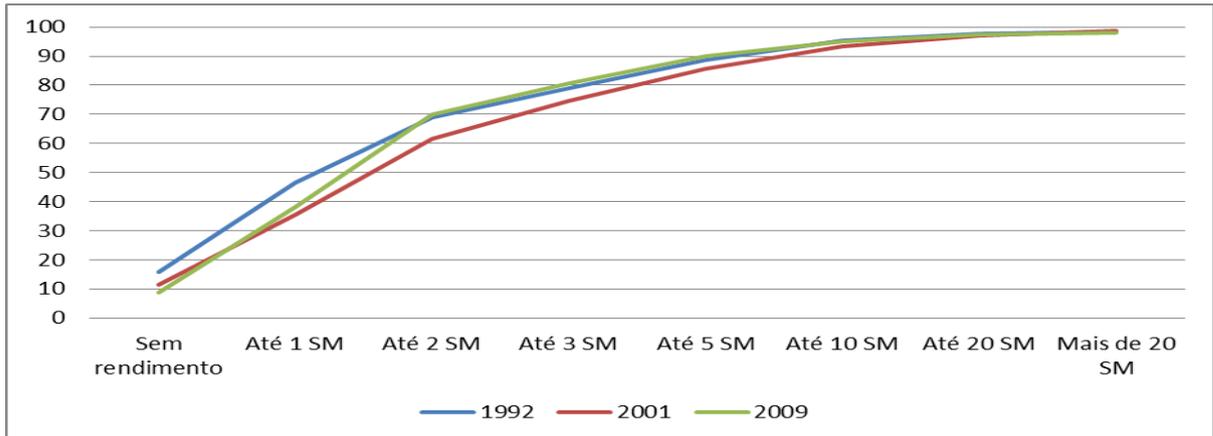


Gráfico 6- Distribuição de pessoas ocupadas por faixa de rendimentos, Brasil, 1992/2009 (%)
 Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE, PNAD, 1992, 2001, 2009.

A curva do ano de 2001 evidencia um movimento de mudança, na medida em que as taxas de rendimentos inferiores concentraram uma menor proporção dos ocupados. Assim, menos de 40% das pessoas ocupadas recebiam até um salário mínimo em 2001, o percentual de pessoas que recebiam até dois salários mínimos fica em torno de 60% e até três salários mínimos, concentra 75%. Após este nível de renda a curva de 2001 se aproxima das demais.

O progressivo crescimento econômico do país nos anos 2000 foi ancorado em menores índices de desigualdade social e concentração de renda. Esses fatores foram alcançados através de ações como a ampliação do crédito dos bancos públicos, as transferências de renda e com a elevação do salário mínimo real, que a partir de 2005, teve garantido seu reajuste anual equivalente a variação da inflação somada com a do PIB.

A tendência à precarização do mercado de trabalho, e o aumento da informalidade, características das décadas de 80 e 90, perderam espaço para o crescimento de postos de trabalho formais principalmente a partir de 2005. No entanto, percebe-se um movimento, ao longo da última década, de concentração da estrutura ocupacional em torno do salário mínimo (DEDDECA, 2010).

No ano de 2009, o índice de pessoas que recebem até um salário mínimo praticamente se iguala ao de 2001, permanecendo em torno de 40%, no entanto, a partir da faixa de dois salários mínimos, a curva de 2009 se aproxima da de 1992. Esse comportamento indica maior concentração dos ocupados nos níveis de salários relativamente mais baixos. Depreende-se, assim, que o aumento do emprego formal

que se presenciou na última década esteve concentrado principalmente nos extratos de baixos rendimentos.

Esse fator pode ser explicado, segundo Deddeca, (2010), em parte pela fragilidade das negociações coletivas ou individuais dos ocupados no início da década e em 2009, em função da crise econômica. Outros motivos estão associados ao crescimento da renda dos extratos inferiores, que ocorreu desde o início da década, superando a elevação da renda dos extratos superiores. Aliado a isso está a política de valorização do salário mínimo, que surtiu grande efeito nos últimos anos sobre o ganho de renda real da população, como pode ser observado no Gráfico 7. Podemos perceber pelo Gráfico 7 que no período de 1994 a 2009 houve um aumento do salário mínimo real em torno de 117%.

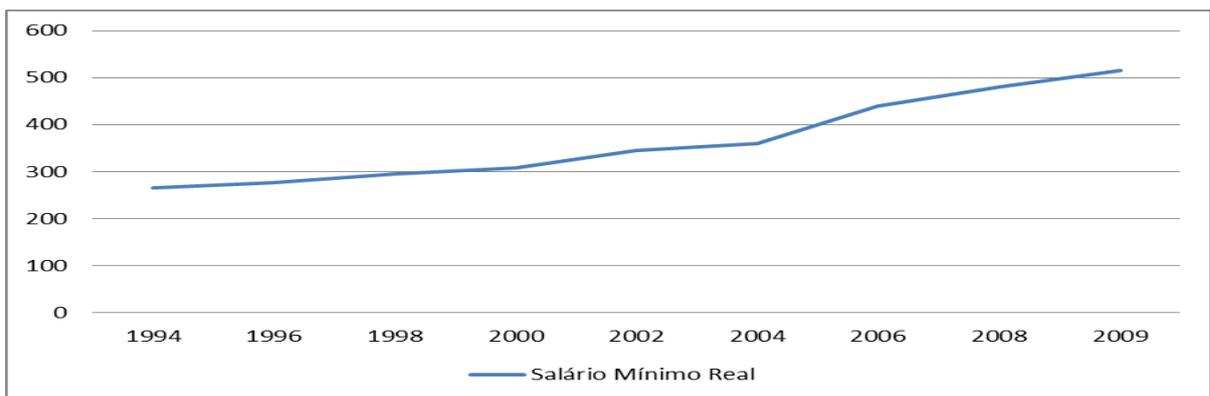


Gráfico 7 – Evolução do Salário Mínimo Real (R\$), Brasil, 1994/2009

Elaborado pela autora, com dados do IPEA.

Nota: Salário Mínimo Real: Séries em reais (R\$), calculadas pela média do ano deflacionando-se o Salário Mínimo Nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.

No ano de 2001, houve uma diminuição da concentração das mulheres nas faixas salariais mais baixas. O percentual feminino que recebeu até um salário mínimo neste ano não chegou a 50%, as que receberam até dois salários diminuíram para cerca de 70% e a faixa de até três salários concentrou em torno de 80% das mulheres ocupadas.

No ano de 2009, o comportamento da curva dos rendimentos femininos se aproxima dos valores de 2001, na faixa salarial de até um salário mínimo, e, a partir de dois salários, acompanha a curva de 1992, com patamares um pouco inferiores.

Assim, podemos perceber a continuidade da concentração feminina em estratos de renda inferiores em 2009.

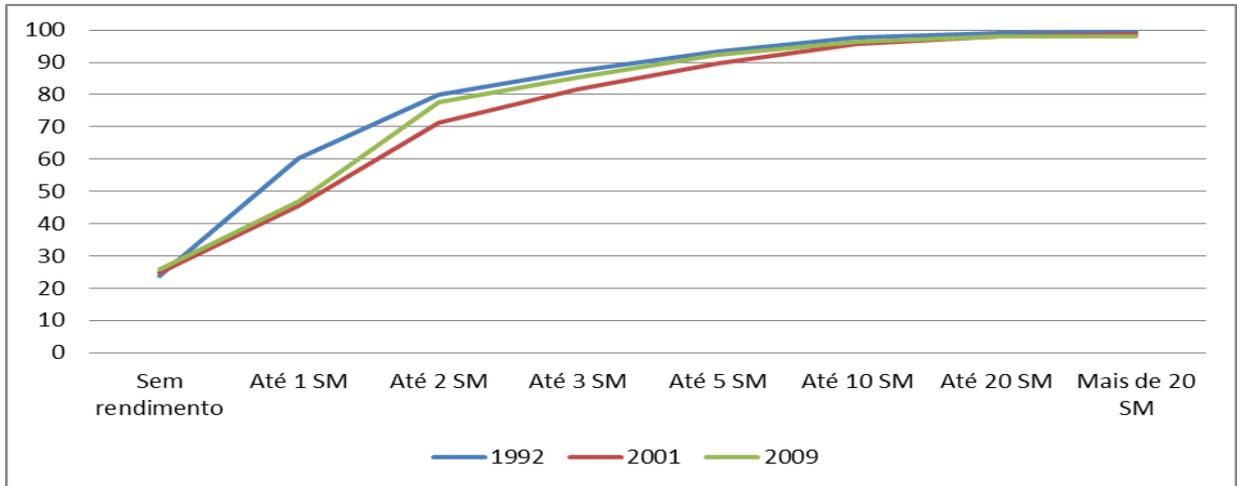


Gráfico 8- Distribuição das mulheres ocupadas por faixa de rendimentos, Brasil, 1992/2009 (%)
 Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IBGE, PNAD, 1992, 2001, 2009.

A análise do comportamento das curvas de homens e mulheres para o ano de 2009 indica diferenças entre os gêneros, como pode ser observado no Gráfico 9. Podemos perceber que a concentração de mulheres sem rendimentos supera a masculina, tendo em vista que os homens mantiveram-se abaixo dos 10%, enquanto que as mulheres estiveram próximas aos 30%. A partir de então, as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres são constantes, permanecendo a curva masculina sempre abaixo da feminina. Dessa forma, enquanto que aproximadamente 30% dos homens receberam até um salário mínimo em 2009, cerca de 47% das mulheres esteve dentro desta faixa de rendimento. No caso dos ocupados que receberam até 3 salários mínimos, o percentual masculino é de 77%, já o feminino totaliza mais de 85%.

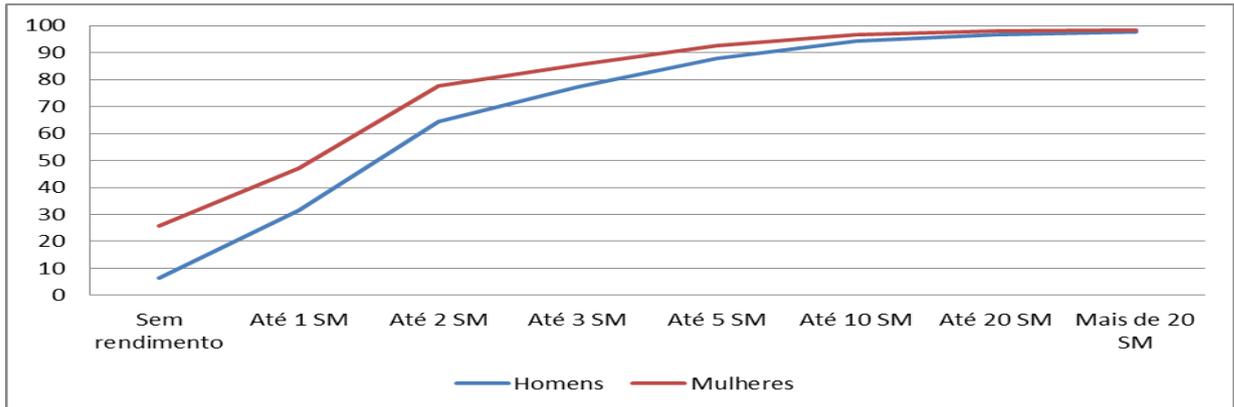


Gráfico 9 - Distribuição de homens e mulheres ocupados por faixa de rendimentos, Brasil, 2009 (%)

Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE, PNAD, 1992, 2001, 2009.

Um dos argumentos que poderia ser utilizado para explicar as diferenças de remunerações entre homens e mulheres seria o nível de escolaridade. No entanto, podemos perceber pelo Gráfico 10, que a curva de escolaridade feminina é inferior à masculina somente entre os menores níveis de estudo. A partir da faixa de 8 a 10 anos de estudo, as curvas se encontram e nas faixas de 11 a 14 anos e 15 anos ou mais, que correspondem ao ensino técnico, superior e pós-graduação, as taxas femininas superam às dos homens. Assim, os resultados para 2009 demonstram uma tendência já levantada na literatura para os anos 1990, ou seja, mesmo possuindo em geral maiores índices de escolaridade, as mulheres recebem salários inferiores aos homens.

A análise dos rendimentos auferidos por homens e mulheres dentro dos mesmos níveis de instrução reforça a evidência de desigualdades de renda entre os gêneros. Podemos perceber, pelos dados da Tabela 3, que as mulheres concentram-se à esquerda, mais para os baixos do que para os altos rendimentos, em todas as faixas de escolaridade. No caso das pessoas que possuem de 8 a 10 anos de estudo, por exemplo, 53,65% dos homens recebem mais de 1 a 3 salários mínimos, mas somente 39,16% das mulheres tem o mesmo nível de rendimento.

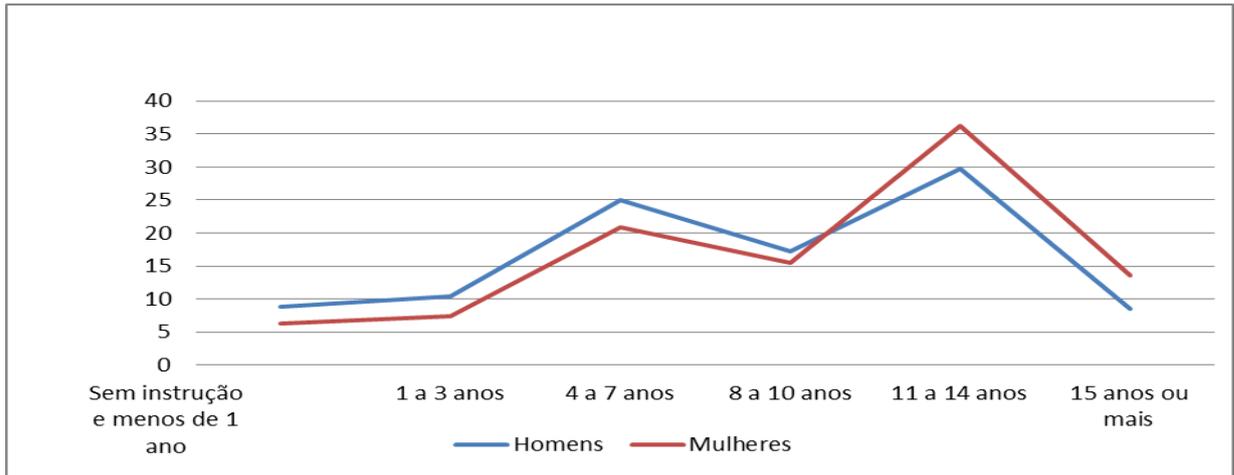


Gráfico 10 - Distribuição das pessoas ocupadas por escolaridade, Brasil, 2009 (%)

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IBGE, PNAD, 1992, 2001, 2009.

As desigualdades de renda perduram entre os níveis superiores de instrução. Dessa forma, dos homens com 11 a 14 anos de estudo, 17,5% receberam mais de 5 a 10 salários mínimos, já o percentual de mulheres dentro dessa faixa de renda é de 8,14%. Dentro desse mesmo grupo de estudo 27,35% das mulheres receberam até um salário mínimo, enquanto que para os trabalhadores homens este percentual é bem inferior: 12,30%.

No caso dos profissionais que possuem 15 anos ou mais de estudo, o que equivaleria aos níveis de pós-graduação, 18,83% dos homens recebeu mais de 10 a 20 salários mínimos, já as mulheres com mesmo nível de escolaridade, somente 8,16% recebeu esta remuneração. Além disso, 33,92% das profissionais com este nível de escolaridade recebeu mais de um a três salários mínimos, para os homens, este percentual é de 19,07%. Depreende-se assim, a maior concentração de renda das mulheres em relação aos homens nos estratos inferiores, mesmo para as profissionais mais qualificadas.

Tabela 3- Distribuição dos ocupados por classes de rendimento mensal, escolaridade e sexo, Brasil, 2009 (%)

| Escolaridade e sexo | Até 1 SM | Mais de 1 a 3 SM | Mais de 3 a 5 SM | Mais de 5 a 10 SM | Mais de 10 a 20 SM | Mais de 20 SM | Sem rendimento |
|--------------------------------|----------|------------------|------------------|-------------------|--------------------|---------------|----------------|
| Homens | 25,27 | 45,54 | 10,77 | 6,21 | 2,61 | 0,95 | 6,35 |
| Sem instrução e menos de 1 ano | 52,84 | 28,46 | 2,25 | 0,75 | 0,21 | 0,01 | 13,79 |
| 1 a 3 anos | 43,02 | 38,12 | 3,38 | 1,37 | 0,33 | 0,05 | 11,96 |
| 4 a 7 anos | 31,47 | 48,21 | 7,03 | 2,34 | 0,49 | 0,11 | 8,69 |
| 8 a 10 anos | 24,99 | 53,65 | 9,29 | 3,42 | 0,76 | 0,25 | 5,96 |
| 11 a 14 anos | 12,3 | 53,79 | 17,05 | 9,14 | 2,35 | 0,64 | 2,07 |
| 15 anos ou mais | 2,35 | 19,07 | 20,85 | 24,8 | 18,83 | 7,99 | 0,67 |
| Mulheres | 34,93 | 38,4 | 7,03 | 4,05 | 1,37 | 0,31 | 12,1 |
| Sem instrução e menos de 1 ano | 45,98 | 11,89 | 0,56 | 0,22 | 0,06 | - | 40,61 |
| 1 a 3 anos | 50,47 | 17,69 | 0,58 | 0,12 | 0,03 | 0,02 | 30,28 |
| 4 a 7 anos | 48,95 | 28,67 | 1,32 | 0,4 | 0,05 | 0,01 | 19,53 |
| 8 a 10 anos | 46,55 | 39,16 | 2,28 | 0,82 | 0,17 | 0,03 | 9,62 |
| 11 a 14 anos | 27,78 | 54,28 | 8,14 | 3,01 | 0,61 | 0,11 | 4,07 |
| 15 anos ou mais | 5,25 | 33,92 | 24,86 | 20,06 | 8,16 | 1,9 | 1,77 |

Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE, Censo Demográfico, 2009.

Outro argumento que poderia ser utilizado para explicar as diferenças de rendimentos entre gênero seria em função do número de horas trabalhadas. No entanto, os dados da Tabela 4 invalidam essa possibilidade, tendo em vista as diferentes remunerações auferidas por homens e mulheres quando comparadas com o número de horas trabalhadas por semana.

Os dados relativos a horas trabalhadas e rendimentos se assemelham com os referentes à escolaridade e rendimentos (Tabela 3), ou seja, a concentração feminina permanece em níveis de rendimentos inferiores. Essa característica também é percebida no caso masculino, mas em menor intensidade. Assim, no caso de trabalhadores que exerceram atividades em jornadas de trabalho de 40 a 44h semanais, 11,74% dos homens receberam mais de 3 a 5 salários mínimos, e 9,84% das mulheres dispõe do mesmo rendimento, uma diferença de mais de 16%.

Tabela 4- Distribuição dos homens e mulheres ocupados por número de horas trabalhadas na semana e grupos de rendimentos, Brasil, 2009 (%)

| Sexo e horas trabalhadas por semana | Até 1 SM | Mais de 1 a 3 SM | Mais de 3 a 5 SM | Mais de 5 a 10 SM | Mais de 10 a 20 SM | Sem rendimento |
|-------------------------------------|----------|------------------|------------------|-------------------|--------------------|----------------|
| Homens | 25,82 | 45,77 | 10,56 | 5,94 | 3,32 | 6,42 |
| Até 14 | 37,29 | 12,77 | 3,46 | 1,66 | 0,94 | 41,80 |
| 15 a 39 | 40,78 | 26,37 | 6,06 | 4,09 | 2,36 | 18,56 |
| 40 a 44 | 21,85 | 51,25 | 11,74 | 6,80 | 3,61 | 2,43 |
| 45 a 48 | 24,86 | 55,21 | 9,52 | 3,92 | 1,96 | 2,54 |
| 49 ou mais | 20,71 | 47,48 | 13,84 | 8,04 | 5,04 | 2,55 |
| Mulheres | 35,68 | 38,53 | 6,75 | 3,66 | 1,46 | 12,16 |
| Até 14 | 46,42 | 5,68 | 1,09 | 0,57 | 0,26 | 44,82 |
| 15 a 39 | 44,96 | 28,31 | 4,99 | 2,52 | 0,76 | 17,16 |
| 40 a 44 | 25,36 | 51,97 | 9,85 | 5,56 | 2,27 | 2,79 |
| 45 a 48 | 33,52 | 52,51 | 5,11 | 2,61 | 1,05 | 3,65 |
| 49 ou mais | 35,27 | 40,44 | 8,32 | 4,47 | 2,34 | 6,68 |

Fonte: Elaborada pela autora com dados do IBGE, PNAD, 2009.

A tabela chama a atenção também que jornadas maiores de trabalho não correspondem necessariamente a maiores rendimentos. As mulheres que trabalham 49h ou mais, por exemplo, apresentam maior concentração no grupo de rendimentos de até um salário mínimo, comparando com as que trabalham 45h-48h semanais e 40h-44h. Por outro lado, são as que apresentaram as maiores concentrações em rendimentos acima de 5 salários mínimos.

Os homens apresentam características semelhantes às mulheres, para os que trabalham 45h a 48h semanais, já que estes trabalhadores apresentam maiores concentrações em níveis de renda até três salários mínimos. O que não acontece com os ocupados masculinos que trabalham 49h ou mais, já que estão menos concentrados em níveis salariais inferiores.

Dos trabalhadores homens que exercem atividades de mais de 49h semanais, 26,92% recebem mais de 3 salários mínimos, já para as mulheres este percentual é de 15,13%, ou seja, em torno de 44% a menos. Dentro dessa mesma jornada de trabalho, 68,19% dos homens e 75,71% das mulheres recebem até 3 salários mínimos. Além disso, há um relevante percentual de mulheres que não recebem

rendimentos e trabalham 49h por semana, chegando a 6.68%, no caso dos homens, este percentual é bem inferior, (2,55%), uma diferença de cerca de 160%.

2.6 CARACTERIZAÇÃO DAS HORAS TRABALHADAS POR GÊNERO

O número de horas despendidas no trabalho durante a semana é um indicador da qualidade do emprego. A Constituição Federal de 1988, artigo 7º, inciso XIII, estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais a duração da jornada de trabalho normal como não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Considerando a referência constitucional, percebemos pela Tabela 5, que há no Brasil, uma grande concentração de trabalhadores ocupados em longas jornadas de trabalho. Assim, o percentual de trabalhadores que exerceu atividades acima de 44h semanais, ainda que tenha diminuído durante o período, manteve-se acima dos 30% nos anos analisados, permanecendo em aproximadamente 40% em 1992.

No caso dos trabalhadores que exerceram atividades dentro da referência constitucional, estes se concentraram principalmente nas jornadas de 40h a 44h, cuja participação manteve-se em torno de 30% chegando a 40% em 2009. Dos ocupados em atividades inferiores a 40h semanais, em torno de 20% localiza-se nas faixas de horários de 15h a 39h, e aproximadamente 6% exercem atividades temporárias de até 14h semanais.

No que se refere às diferenças de gênero, podemos perceber que há um padrão diferenciado na ocupação de homens e mulheres por grupos de horas trabalhadas no período. Assim, podemos perceber que há uma maior concentração feminina ocupada em atividades em tempo parcial. A exemplo disso, o percentual de mulheres que exerciam funções de até 14h semanais era 480% superior ao masculino em 1992, essa diferença permaneceu acima dos 200% nos anos de 2001 e 2009. A mesma tendência é percebida, em menor intensidade, nas jornadas de 15h à 39h semanais, cuja presença feminina supera a masculina em 132% em 1992

e aproximadamente 90% em 2009. Por outro lado, os homens concentram maior participação que as mulheres em atividades ligadas a longas jornadas de trabalho, acima de 44h semanais, em 2009, por exemplo, a presença masculina nestas atividades superou em 75% a feminina.

Tabela 5 - Distribuição dos homens e mulheres ocupados por número de horas no trabalho e sexo, Brasil, 1992/2009

| Anos e Sexo | | Até 14h | 15h a 39h | 40h a 44h | 45h a 48h | 49h ou mais |
|-------------|------|---------|-----------|-----------|-----------|-------------|
| Total | 1992 | 6,01 | 22,51 | 32,11 | 17,12 | 22,20 |
| | 2001 | 6,35 | 22,30 | 32,79 | 17,25 | 21,22 |
| | 2009 | 6,07 | 23,52 | 41,12 | 13,92 | 15,37 |
| Homens | 1992 | 2,10 | 14,87 | 35,14 | 20,74 | 27,09 |
| | 2001 | 3,06 | 15,44 | 34,57 | 20,47 | 26,34 |
| | 2009 | 3,09 | 16,95 | 44,13 | 16,57 | 19,26 |
| Mulheres | 1992 | 12,18 | 34,55 | 27,33 | 11,42 | 14,49 |
| | 2001 | 11,13 | 32,29 | 30,20 | 12,57 | 13,76 |
| | 2009 | 10,09 | 32,35 | 37,06 | 10,36 | 10,14 |

Fonte: Elaborada pela autora com dados do IBGE, PNAD 1992, 2001, 2009.

Quanto às variações temporais, podemos perceber um aumento dos trabalhadores que exercem atividades de 40h a 44h semanais no período de 1992 a 2009. Este crescimento foi de 25,58% para os homens e de 35,6% para as mulheres. O comportamento entre os gêneros para grupos de jornadas de trabalho mais curtas apresentam características diferentes, na medida em que houve uma pequena diminuição das mulheres ocupadas em jornadas de até 14h e de 15h a 39h, concomitante ao relativo crescimento do percentual masculino para os mesmos grupos de horas.

Concomitante ao crescimento dos ocupados em atividades até 44h semanais houve uma diminuição do percentual de homens e mulheres ocupados nos grupos acima de 45h semanais. Assim, houve um decréscimo em torno de 30% de homens e mulheres ocupados em atividades de 49h ou mais, entre 1992 a 2009. Entre os grupos de 45h a 48h semanais o percentual masculino diminuiu em torno de 20%, no caso das mulheres, houve um decréscimo de 9%.

Quanto às variações da atividade feminina, especificamente. Podemos perceber que houve uma tendência a maior concentração das mulheres nas jornadas de 40 a 44h semanais, concomitante a diminuição tanto do percentual de trabalhadoras em jornadas de trabalho mais longas como nas mais curtas. Dessa forma, enquanto que nos anos de 1992 e 2001 a maioria das mulheres estava concentrada nas jornadas de 15h a 39h, no ano de 2009 a maior concentração se dá nas jornadas de 40h a 44h semanais. O que pode representar uma elevação da renda feminina, considerando-se que as menores remunerações dos trabalhos de meio turno quando comparados ao de turno integral.

Percebemos, portanto, que as maiores cargas de trabalho recaem sobre a população ocupada masculina. No entanto, estes valores são modificados quando consideramos o trabalho doméstico não remunerado. Pelos dados da PNAD de 2007, considerando a população ocupada de 16 anos e mais de idade, as mulheres dedicaram neste ano 22,3h semanais, em média, aos afazeres domésticos, e os homens 9,7h semanais (ORGANIZAÇÃO..., 2009). A análise da OIT (ORGANIZAÇÃO..., p.19), indica, para o ano de 2007, que:

[..] Ao conjugarem-se as informações relativas às horas de trabalho dedicadas às tarefas domésticas (reprodução social) com àquelas referentes à jornada exercida no mercado de trabalho (produção econômica), constata-se que, apesar da jornada semanal média das mulheres no mercado de trabalho ser inferior a dos homens (34,8 contra 42,7 horas), ao computar-se o trabalho realizado no âmbito doméstico (os afazeres domésticos), a jornada média semanal total feminina alcança 57,1 horas e ultrapassa em quase cinco horas a masculina (52,3 horas).

Podemos concluir que o trabalho dedicado à reprodução social é fundamentalmente exercido pelas mulheres. Assim, mesmo com a maior participação feminina no mercado de trabalho brasileiro ao longo dos anos, esse movimento não foi acompanhado por mudanças culturais suficientes para redefinir as relações de gênero.

2.7 CONCLUSÕES

A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro evidenciou crescente importância nas últimas cinco décadas. Houve um acentuado crescimento em suas taxas de atividade ao longo dos anos, concomitantemente com o decréscimo da taxa de atividade masculina. Esse processo foi acompanhado por importantes mudanças nas características da população economicamente ativa, mas também se caracterizou por permanências das desigualdades de rendimentos entre os gêneros.

O maior espaço obtido pelas mulheres na atividade econômica teve grandes repercussões em seu papel social, o que pode ser percebido pelas mudanças em seu perfil setorial e ocupacional. Assim, observamos que a maior demanda por mão de obra feminina se dá, inicialmente, entre as mulheres mais jovens, solteiras e menos instruídas, em decorrência do desenvolvimento industrial brasileiro. As atividades exercidas por elas localizavam-se principalmente nos setores de serviços e de atividades sociais. Com a disseminação do ensino superior, a mulher passa a se inserir em novos ramos de atividade, como o setor público e o comércio e reparação. Aumenta também o número de mulheres empregadoras e em carreiras de prestígio, como a engenharia, arquitetura, medicina e odontologia.

Outro fator econômico que explica o crescimento dos índices de participação da mulher foi a precarização do mercado de trabalho, característica dos anos 90, que afetou especialmente a atividade industrial, setor de grande concentração masculina. Dessa forma, a atividade feminina passou a ter maior importância para a renda familiar. Outra consequência desse processo é que os homens passaram a se inserir em postos de trabalho tradicionalmente femininos, determinando relativa desconcentração dos setores ocupados por homens e mulheres.

Concomitante com o crescimento da PEA há uma elevação nos índices de desemprego, que se aprofunda durante a década de 1990 e diminui a partir da metade dos anos 2000. As mulheres são as mais afetadas nesse processo, indicando a insuficiente oferta de empregos em relação à crescente massa feminina ingressante na população economicamente ativa.

Além disso, percebemos a permanência de muitos aspectos que engendram a desigualdade entre os gêneros, como a maior fragilidade do trabalho feminino, concentrado em ocupações precárias e sem proteção social, a exemplo das empregadas domésticas e de atividades para consumo próprio. A concentração dos ocupados em baixos níveis de renda, aspecto característico do desenvolvimento econômico do Brasil, afetou principalmente as trabalhadoras, já que, mesmo mais instruídas recebem menores rendimentos do que seus colegas homens. Os menores níveis de rendimentos femininos ocorrem inclusive entre os ocupados nos mesmos níveis de escolaridade e que exercem as mesmas cargas horárias de trabalho.

Por outro lado, há uma melhoria recente na qualidade do emprego, observado entre 2001 e 2009, no que diz respeito aos menores percentuais de empregados inseridos em atividades de longas jornadas de trabalho. As mulheres, nesse sentido, são menos afetadas do que os homens pela carga horária excessiva. No entanto, a jornada de trabalho feminina supera a masculina quando somada ao número de horas dedicadas às atividades domésticas. Esse fato indica a maior responsabilidade feminina sobre a reprodução da força de trabalho. Em síntese, a crescente inserção das mulheres em atividades produtivas não foi acompanhada satisfatoriamente por mudanças nas relações de gênero no Brasil.

3 CARACTERIZAÇÃO DA INSERÇÃO LABORAL FEMININA NO MUNDO

As transformações econômicas, sociais e demográficas ocorridas nas últimas décadas tiveram impacto direto sobre o mercado de trabalho no mundo. Houve, nesse sentido, um processo de crescimento da participação feminina, principalmente nos países em desenvolvimento, acompanhada pela diminuição dessa participação entre os homens. Esta tendência, no entanto, ocorreu de forma diversa entre as regiões do mundo, tendo em vista as diferentes particularidades locais. O objetivo do presente capítulo, desta forma, é analisar características e consequências deste movimento, determinando a evolução e a permanência nas desigualdades entre os gêneros, e traçar as principais diferenças entre as regiões do mundo e o Brasil quanto a inserção laboral feminina.

Para facilitar a explanação dos diversos aspectos característicos da inserção laboral feminina nos últimos anos, o capítulo foi dividido em cinco seções, além desta introdução. A primeira seção busca fazer uma análise das mudanças nas taxas de participação segundo os gêneros, nos anos de 1980 a 2009, apontando as principais tendências e características. A segunda aborda os aspectos da evolução do desemprego no mundo entre os anos de 1980 a 2008, analisando as principais mudanças e desigualdades entre os gêneros. As seções terceira e quarta buscam definir em quais setores e ocupações as mulheres estão mais presentes, caracterizando aspectos como a vulnerabilidade e a precariedade do trabalho. A última seção conclui o capítulo com uma síntese das características e mudanças abordadas ao longo do texto.

Os dados utilizados para a elaboração das tabelas e gráficos têm como fonte as pesquisas realizadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como base principal adotou-se a pesquisa *Key Indicators of Labour Market* (KILM), sexta edição, outra base utilizada na primeira seção do trabalho, tendo em vista a maior abrangência temporal foi a LABORSTA. Tendo em vista as dificuldades para coincidir critérios entre os diversos países, alguns resultados foram estimados, a fim de tornar viável a comparação entre os anos. Os dados referentes ao ano de 2008 e 2009 são projeções elaboradas pela própria OIT.

Além do problema de falta de dados, em muitos países não desenvolvidos, existe a dificuldade de conciliar critérios acerca de conceitos, principalmente em relação à população economicamente ativa e à população em idade ativa. Nesse sentido, por exemplo, para muitos países não desenvolvidos, a idade ativa inicia a partir dos 10 anos, tendo em vista o grande peso do trabalho infantil, como é inclusive o caso brasileiro. Já para os países desenvolvidos, essa mensuração é feita a partir dos 15 anos e, em alguns casos, 16 anos. Para viabilizar a comparabilidade entre países, a OIT convencionou a idade mínima da população em idade ativa (PIA) em 15 anos. Com isso, informações de determinados países são estimativas da OIT.

3.1 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNDO

Esta seção tem como principal objetivo a análise do comportamento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho em relação à masculina, no mundo. Procuramos traçar as principais diferenças entre regiões e, particularmente, realizar uma comparação com os resultados brasileiros.

Ressalvadas as considerações acerca das dificuldades de mensuração para alguns países, verificamos pela Tabela 6, que as desigualdades entre as taxas de participação por gênero no mundo diminuíram, ainda que de forma lenta, ao final do século XX e início do século atual. A diferença entre as taxas de participação de homens e mulheres foi de 26,10% em 2009. Em 1980, essa diferença era de 31,9% e em 1990, de 28,4%.

O comportamento das taxas de participação no mercado de trabalho, por gênero, apresenta características semelhantes entre as diversas regiões do mundo. Podemos observar uma tendência de aumento gradual da participação feminina e de diminuição da masculina em todas as regiões, com exceção da Ásia no período de 1990 a 2009. O comportamento da participação feminina na Ásia, contudo, foi suficiente para afetar o dado global, que também apresenta redução entre 1990 e 2009. O crescimento da participação feminina destaca-se principalmente nos países

da América Latina e Caribe (43,21%), na Oceania (24,8%) e na América do Norte (15,29%). A África também possui um aumento relevante no período (7,31%), ficando acima da Europa (4,45%).

Tabela 6 - Taxas de participação, por regiões e gênero, 1980/2009 (%)

| Regiões | Total | | | Homens | | | Mulheres | | |
|-------------------------|-------|------|------|--------|------|------|----------|------|------|
| | 1980 | 1990 | 2009 | 1980 | 1990 | 2009 | 1980 | 1990 | 2009 |
| Brasil | 61,5 | 64,7 | 70,7 | 85,0 | 85,3 | 81,9 | 38,2 | 44,7 | 60,1 |
| Mundo | 66,0 | 66,5 | 64,7 | 82,0 | 80,7 | 77,7 | 50,2 | 52,2 | 51,6 |
| África | 65,6 | 65,4 | 67,0 | 81,2 | 80,6 | 80,0 | 50,6 | 50,6 | 54,3 |
| América Latina e Caribe | 58,4 | 60,8 | 65,4 | 81,1 | 81,9 | 79,7 | 36,1 | 40,4 | 51,7 |
| América do Norte | 63,8 | 66,2 | 65,3 | 77,4 | 75,8 | 72,0 | 51,0 | 57,0 | 58,8 |
| Ásia | 69,1 | 69,2 | 65,3 | 85,3 | 83,5 | 79,8 | 52,2 | 54,2 | 50,3 |
| Europa | 61,0 | 60,2 | 58,5 | 74,0 | 71,2 | 66,1 | 49,4 | 50,3 | 51,6 |
| Oceania | 63,1 | 64,5 | 66,3 | 78,1 | 75,3 | 72,9 | 47,9 | 53,8 | 59,8 |

Fonte: Elaborada pela autora com dados da OIT.

Nota: Os dados do ano de 2009 são estimações da OIT.

As principais diferenças entre as regiões estão nas disparidades das taxas de participação entre os gêneros. Podemos perceber, nesse sentido, que os continentes menos desenvolvidos economicamente possuem os maiores índices de desigualdade de participação. No continente asiático, por exemplo, essa diferença foi de 58,68% em 2009; na América Latina e Caribe, este índice chegou a 54,16% e na África, a 47,33%. No caso das regiões mais desenvolvidas, a disparidade entre os gêneros é bem inferior, chegando a 21,91% na Oceania, 22,45% na América do Norte, e 28,10% nos países europeus.

A dinâmica das taxas de participação brasileiras neste período apresenta características semelhantes às da maior parte das regiões do mundo, com crescimento da participação feminina concomitante ao decréscimo da masculina, determinando uma diminuição das disparidades nas taxas de participação entre os gêneros. Apesar das características qualitativas semelhantes com o desempenho das demais regiões, o Brasil se destacou, principalmente, quanto à intensidade do crescimento da taxa de participação das mulheres, que foi bastante superior às médias mundial e das regiões do mundo no período. Como consequência, o hiato entre as taxas de participação masculinas e femininas brasileiras revelou uma notável diminuição de 122,51% em 1980 para 36,27% em 2009, quando o

comparamos com a média mundial. Ainda assim, o hiato entre as taxas de participação masculinas e femininas no Brasil é superior ao da Europa, América do Norte e Oceania, mas permanece abaixo da América Latina e Caribe, África e Ásia.

Devemos levar em conta, no entanto, que existem muitas diferenças entre países dentro de uma mesma região. Assim, por exemplo, a taxa de participação feminina de Burundi em 2009, foi de 91%, ultrapassando inclusive a taxa masculina (87,5%). Enquanto no caso da República Democrática do Congo, essa taxa foi de 56,5% em 2009. O mesmo acontece nos países desenvolvidos: a taxa de participação feminina na Itália foi de 38,4%, em 2009 já na Noruega ela chegou a 63%. Dessa forma, devemos ter em conta que a análise das diferenças com base em médias regionais encobre particularidades de países.

As diferenças internacionais remetem a características particulares de cada país, não só econômicas, mas culturais e demográficas. Neste sentido, o rápido crescimento dos índices de participação feminina em alguns países em desenvolvimento pode ser explicado pela grande incidência da pobreza de algumas economias que se urbanizaram, determinando a obrigatoriedade do trabalho da mulher para a formação da renda familiar. Ou seja, nesses países as mulheres, assim como os homens, não têm oportunidade de escolher se e quando querem trabalhar, é uma necessidade ditada pela sobrevivência.

As diferenças inter-regionais ocasionam mudanças nas características comparadas do mercado de trabalho quanto à participação de homens e mulheres. A Tabela 7 apresenta estatísticas dessa participação, considerando recortes regionais dentro dos continentes, entre os anos de 1998 e 2008. Podemos verificar, nesse sentido, grandes diferenças entre as taxas de participação feminina nas sub-regiões do continente africano. A taxa de participação feminina na África Sub-Saariana em 2008, foi de 61,5%, bastante superior à média mundial, ao passo que no Norte da África essa proporção é bem inferior (28,1%). O mesmo acontece no continente asiático, que apresenta resultados regionais bem distintos. A taxa de participação feminina no Oriente Médio foi de apenas 25,4%, em 2008; no Sul da Ásia, chegou a 35,8%, e no Sudoeste da Ásia e Pacífico e no Leste da Ásia essas taxas foram bem superiores, chegando a 56,8% e 68,2%, respectivamente.

Tabela 7 - Taxas de participação, por regiões e gênero, 1998/2008 (%)

| Regiões | Total | | Homens | | Mulheres | |
|--|-------|------|--------|------|----------|------|
| | 1998 | 2008 | 1998 | 2008 | 1998 | 2008 |
| Brasil | 67,6 | 70,7 | 82,5 | 81,9 | 53,2 | 60,1 |
| Mundo | 64,9 | 64,1 | 78,6 | 76,7 | 51,4 | 51,6 |
| Economias desenvolvidas e União Europeia | 58,7 | 57,7 | 69,2 | 66,3 | 49,2 | 49,8 |
| Europa Central, Sudeste europeu e CEI | 59,2 | 58,2 | 69,5 | 68,3 | 50,2 | 49,5 |
| Leste da Ásia | 76,6 | 73,2 | 82,4 | 77,9 | 70,7 | 68,2 |
| Sudoeste asiático e Pacífico | 69,2 | 69,3 | 81,6 | 82,2 | 57,3 | 56,8 |
| Sul da Ásia | 59,9 | 59,4 | 83,2 | 81,9 | 35,1 | 35,8 |
| América Latina e Caribe | 62,5 | 65,3 | 80,2 | 78,8 | 45,6 | 52,4 |
| Oriente Médio | 49,8 | 51,5 | 75,6 | 75,1 | 21,5 | 25,4 |
| Norte da África | 49,8 | 50,6 | 75,1 | 73,4 | 24,6 | 28,1 |
| África Sub-Saariana | 70,4 | 70,8 | 81,6 | 80,3 | 59,6 | 61,5 |

Fonte: Elaborada pela autora com dados da OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

Podemos perceber, pela Tabela 7, que os maiores hiatos entre as taxas de participação de homens e mulheres, em 2008, encontram-se no Oriente Médio, cuja diferença chega a quase 200%, no Norte da África (160%) e no Sul da Ásia (130%). Por outro lado, o Leste da Ásia é a região cuja diferença entre as taxas de participação é a menor (14,2%). O valor brasileiro fica 36,3%, permanecendo abaixo da América Latina e Caribe (50,38%), do Sudoeste Asiático e Pacífico (44,72%) e da Europa Central (37,98%), mas acima da África Sub-Saariana (30,57%), das Economias Desenvolvidas e União Europeia (33,13%) e do Leste da Ásia.

Ainda que existam grandes diferenças de taxas de participação por gênero entre os países, estas vêm diminuindo. Em relatório de 2010 a OIT, aponta para uma tendência de aproximação das taxas de participação feminina, durante o período de 1980 a 2008, em direção a média INTERNATIONAL... (2010). As mudanças ocorreram principalmente nos países que apresentavam taxas de participação feminina muito altas ou muito baixas. Acompanhando essa tendência, houve uma diminuição das taxas de participação masculina no mundo, principalmente entre os homens mais jovens, o que pode ser resultado, dentre outros determinantes, do aumento do tempo dedicado aos estudos. Essas variações levaram à diminuição na desigualdade entre as taxas de participação masculina e feminina no período.

Os dados da Tabela 7 atestam um decréscimo das taxas de participação masculina em todas as regiões, com exceção do Sudoeste asiático e Pacífico. As economias que evidenciaram maiores decréscimos das taxas de participação masculina foram o Leste da Ásia (-5,8%) as Economias desenvolvidas e União Europeia (-4,4%), e o Oriente Médio (-2,31%). A taxa de participação masculina brasileira apresentou um decréscimo de -0,7%, no período, inferior ao total mundial (-2,5%) e da América Latina e Caribe (-1,8%).

O comportamento das taxas de participação feminina entre os anos de 1998 e 2008 são expostos Gráfico 11. Podemos perceber, que as regiões com menores índices de participação feminina no mercado de trabalho, em 1998, foram as que vivenciaram os maiores crescimentos nesse indicador. O Oriente Médio, nesse sentido, se destaca com crescimento de 18,14%, seguido da América Latina e Caribe (14,91%) e da África do Norte (14,23%). O crescimento da taxa de participação feminina no Brasil foi de 12,97%.

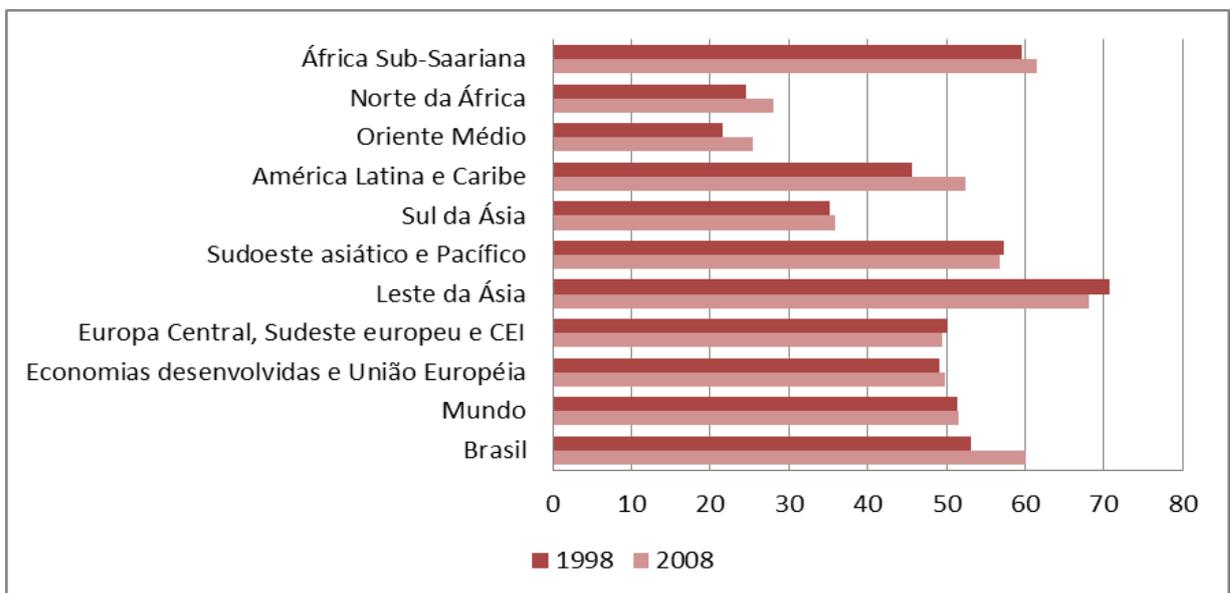


Gráfico 11 - Taxas de participação feminina por regiões, 1998/2008

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

Percebemos, também, no Gráfico 11 uma tendência de estagnação e até mesmo de decréscimo das taxas de participação femininas em algumas regiões do mundo, especialmente naquelas que apresentavam altos índices no ano inicial,

como o Leste da Ásia, em que a taxa diminuiu 3,54% entre 1998 e 2008, a Europa Central, Sudeste Europeu e CEI (-1,39%) e o Sudoeste Asiático e Pacífico (-0,87%). As Economias desenvolvidas e União Europeia cresceram somente 1,22%, o Sul da Ásia, 1,99%, e a África Sub-Saariana, que, todavia apresenta índices bem elevados, cresceu 3,19% no período. Assim, a média mundial da participação feminina no mercado de trabalho manteve-se praticamente estabilizada em uma década, crescendo somente 0,39%.

Os principais motivos, apontados no relatório da OIT para explicar às diferenças entre das taxas de participação feminina entre os países relacionam-se com características religiosas, culturais e sociais; acesso à educação; níveis de renda (regiões com menor taxa de renda relativa possuem maiores índices de participação da mulher no mercado de trabalho); questões ligadas à fertilidade; características institucionais; e setores econômicos mais desenvolvidos (em geral, os principais setores de atividade dos países menos desenvolvidos são mais intensivos em mão-de-obra, como a atividade agrícola). Outros fatores que influenciam nas taxas de participação feminina são os regimes políticos e a presença de guerras ou conflitos (INTERNATIONAL..., 2010).

Em síntese, podemos evidenciar, com base nos dados apontados nesta seção, que as regiões economicamente mais desenvolvidas apresentaram uma relativa estagnação dos índices de participação feminina, entre o final do século XX e início do século XXI. Um dos motivos relacionados a este fato está no desenvolvimento, nestes países, de setores menos intensivos em mão de obra. Outro fator relaciona-se à diminuição do trabalho feminino nas faixas etárias mais jovens, 15 a 24 anos, a qual pode estar associada a altos índices de escolaridade naqueles países, já que as jovens podem dedicar maior tempo aos estudos (INTERNATIONAL..., 2010).

O alto crescimento da atividade feminina em algumas regiões, como a América Latina e Caribe e os países Asiáticos, está relacionado com o desenvolvimento econômico destes países, principalmente a partir dos anos 1960, e a mudanças nas estruturas sociais e culturais. Em ambas as regiões, todavia, esse crescimento não foi suficiente para extirpar a considerável desigualdade entre os gêneros até o final da primeira década do século XXI.

O crescimento das taxas de participação feminina em alguns países asiáticos, em especial entre os tigres asiáticos, está ancorado na rápida industrialização,

voltada principalmente para o mercado externo, e também no intenso investimento em capital humano. Há, em especial, um crescimento no nível de participação feminina nos últimos anos entre os quatro países que compõem os tigres asiáticos – Hong-Kong (China), República da Coreia, Singapura e Taiwan. As mulheres são preferidas no mercado de bens manufaturados nesses países, tendo em vista seu alto nível educacional e também por receberem salários inferiores aos homens, (INTERNACIONAL..., 2010). Assim, o aumento da atividade feminina nos tigres asiáticos não teria representado melhora proporcional na qualidade do emprego, pois está ancorado na permanência de desigualdades de remuneração entre os gêneros.

A característica da inserção feminina no mercado de trabalho latino-americano segue um padrão semelhante ao apresentado pelas economias desenvolvidas há 20 anos (INTERNATIONAL..., 2010). O grande crescimento laboral feminino nas últimas décadas, nesses países, está vinculado com uma série de fatores, como a necessidade do capital por mais mão-de-obra, resultante do desenvolvimento econômico; o avanço do movimento feminista e das lutas pela ampliação dos direitos das mulheres; e, também, as transformações demográficas e da estrutura familiar. No entanto, mesmo com o avanço da atividade feminina, ainda persiste a desigualdade entre os gêneros na América Latina, a qual não é combatida de forma satisfatória por políticas públicas que busquem integrar a massa crescente de mão-de-obra feminina e diminuir o peso do trabalho reprodutivo da mulher (COMISSÃO..., 2010). Dessa forma, a mão-de-obra feminina nos países latino-americanos, como aponta Abramo (2004), ainda é considerada uma força secundária em comparação com a masculina.

3.2 EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO POR GÊNERO NO MUNDO.

A taxa de desemprego é um importante indicador do desempenho da economia e da situação do mercado de trabalho como um todo. Presencia-se, dessa forma, de acordo com a Tabela 8, uma diminuição das taxas de desemprego nos anos de

1998 e 2008 em todas as regiões, com exceção do Sudoeste Asiático e Pacífico e do Sul da Ásia em que se verifica, um aumento de 13% e 16%, respectivamente. Ainda que o nível de desemprego tenha diminuído no mundo, ele permanece acima de 5% em praticamente todas as regiões no ano de 2008, com exceção do Leste da Ásia (4,3%) e do Sul da Ásia (4,9%). Mesmo as economias desenvolvidas e União Européia apresentam altos índices de desemprego, (6,10%), maiores que a média mundial, (5,9%) em 2008. As maiores taxas, no entanto, são encontradas no Norte da África (10%), no Oriente Médio, (9%), e na Europa Central, Sudeste Europeu e CEI (9%).

Os dados referentes à taxa de desemprego em 2008 são estimativas da OIT divulgados na sexta edição da pesquisa *Key Indicators of Labour Market* (KILM), que já prevêem os efeitos da crise econômica mundial deste ano. Em relatório da OIT de 2011 verifica-se que a taxa de desemprego no mundo em 2008 foi de 5,7%, ou seja, bem próxima a estimativa de 5,9%. Depreende-se assim, que os efeitos da crise econômica mundial não foram tão evidentes no mercado de trabalho no ano de 2008, o que pode ser explicado pela tendência à queda do desemprego nos anos precedentes. Já em 2009 a taxa de desemprego passou para 6,3%, caracterizando um aumento de mais de 10% em relação a 2008, INTERNATIONAL... (2011). Os indicadores mais recentes não foram utilizados na elaboração das tabelas e gráficos do trabalho porque optou-se em manter a mesma base de dados.

O Brasil seguiu a tendência mundial de diminuição dos níveis de desemprego entre 1998 e 2008, situando-se no patamar das regiões com maior queda desse indicador. A diminuição do desemprego brasileiro chegou a 25,35%, superior à da América Latina e Caribe (-16,67%) e das Economias desenvolvidas e União Europeia (16,39%). Ficou aquém, não obstante, do Norte da África, redução de 28% - cuja taxa de desemprego, ainda que tenha apresentado notável diminuição, permaneceu como a maior do mundo - e da Europa Central, Sudeste Europeu e CEI, que tiveram a maior diminuição no período (-35,56%). Ainda assim, a taxa de desemprego brasileira em 2008 (7,1%), era bastante superior a média mundial, ficando abaixo somente do Norte da África (10%), da África Sub-Saariana (7,6%), do Oriente Médio (9%) e da Europa Central, Sudeste Europeu e CEI (9%). A taxa de desemprego brasileira praticamente se igualou à da América Latina e Caribe (7,2%) em 2008.

Tabela 8 - Taxas de desemprego, por regiões e gênero, 1998/2008 (%)

| Regiões | Total | | Homens | | Mulheres | |
|--|-------|------|--------|------|----------|------|
| | 1998 | 2008 | 1998 | 2008 | 1998 | 2008 |
| Brasil | 8,9 | 7,1 | 7,1 | 5,2 | 11,5 | 9,6 |
| Mundo | 6,3 | 5,9 | 6,0 | 5,7 | 6,7 | 6,2 |
| Economias desenvolvidas e União Europeia | 7,1 | 6,1 | 6,6 | 6,0 | 7,8 | 6,1 |
| Europa Central, Sudeste europeu e CEI | 12,2 | 9,0 | 12,0 | 9,1 | 12,4 | 8,8 |
| Leste da Ásia | 4,7 | 4,3 | 5,4 | 4,9 | 3,9 | 3,6 |
| Sudoeste asiático e Pacífico | 4,8 | 5,5 | 4,5 | 5,1 | 5,2 | 6,1 |
| Sul da Ásia | 4,1 | 4,9 | 3,9 | 4,6 | 4,4 | 5,7 |
| América Latina e Caribe | 8,4 | 7,2 | 6,9 | 5,7 | 11,0 | 9,4 |
| Oriente Médio | 9,4 | 9,0 | 8,4 | 8,0 | 13,3 | 12,3 |
| Norte da África | 12,8 | 10,0 | 11,1 | 8,0 | 18,0 | 15,1 |
| África Sub-Saariana | 7,7 | 7,6 | 7,2 | 7,2 | 8,4 | 8,1 |

Fonte: Elaborada pela autora com dados da OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

A evolução da taxa de desocupação por gênero apresenta diferentes características entre as regiões. Podemos perceber, nesse sentido, que algumas regiões se destacam pelo aprofundamento do hiato entre as taxas de desemprego feminina e masculina, como é o caso principalmente do Sul da Ásia, que apresentou um crescimento de mais de 86%, e o Norte da África, em que a taxa feminina, em relação à masculina, teve um aumento de mais de 43% no período. O Brasil também se destaca entre os países que apresentaram maiores índices de deslocamento na taxa de desemprego feminina em relação à masculina, com um crescimento de aproximadamente 37% no hiato, uma variação bastante superior à América Latina e Caribe (9%).

A região que apresentou maior diminuição na diferença entre o desemprego feminino e o masculino no período foi a Europa Central, Sudeste Europeu e CEI, em que a taxa de desocupação feminina superava a masculina em 1998 e passa a ser inferior em 2008. Outra região que se destaca é a das Economias desenvolvidas e a União Européia, com uma diminuição de mais de 90% neste indicador.

As diferenças entre os gêneros no ano de 2008 são ilustradas no Gráfico 12. Podemos perceber que em praticamente todas as regiões do mundo, o desemprego das mulheres é maior do que o dos homens. As únicas exceções são a Europa

Central, Sudeste Europeu e CEI, cuja taxa de desemprego masculino é aproximadamente 3% superior à feminina, e o Leste da Ásia, em que a taxa masculina supera em mais de 26% a feminina.

A maior diferença entre as taxas de desemprego por gênero se encontra no Norte da África, cuja taxa de desemprego feminino é quase 90% superior a masculina no ano de 2008. O Brasil se destaca por apresentar a segunda maior diferença entre as taxas, num patamar de quase 84%, o que supera em mais de 30% os mesmos resultados para a América Latina e Caribe (64,91%) e em quase 60% os do Oriente Médio (53,75%).

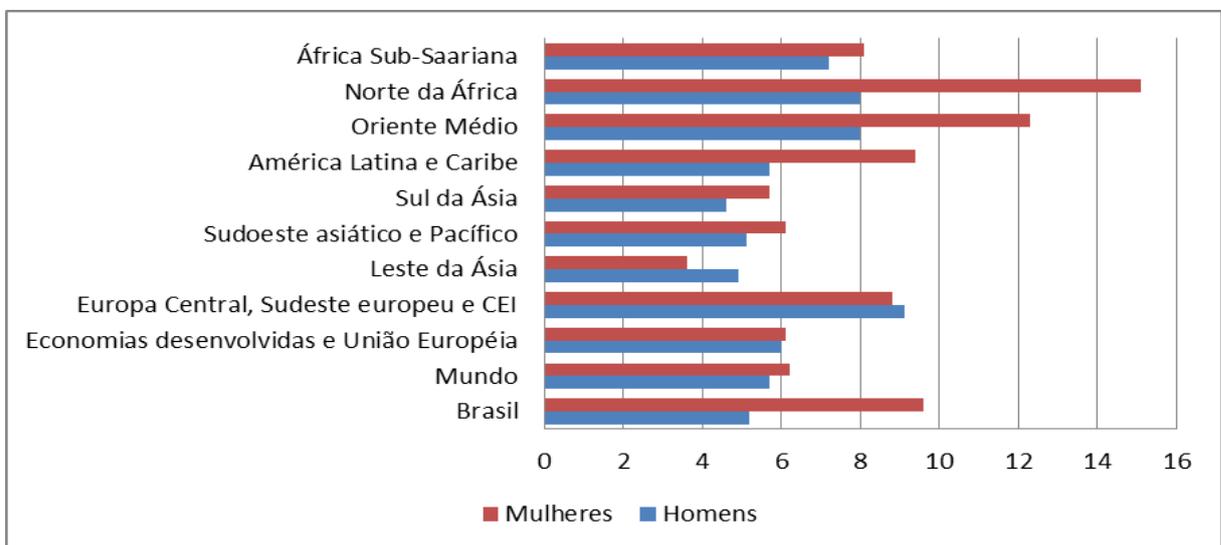


Gráfico 12 - Taxas de desemprego por gênero e regiões, 2008 (%)

Fonte: Elaborada pela autora com dados da OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

A sustentação de altos níveis de desemprego, principalmente feminino, entre os países da África do Norte, demonstra a fragilidade do trabalho nesta região. De acordo com a INTERNATIONAL... (2011), o problema do desemprego no Norte da África encobre uma série de outras características perversas, como a baixa qualidade do emprego, os baixos salários, a insegurança e a falta de representatividade dos trabalhadores. Essas características sobressaem principalmente entre as mulheres, o que determina os maiores índices de pobreza feminina. Outra região que se destaca pelos altos níveis de desemprego feminino é

o Oriente Médio, refletindo a forte influência cultural e social exercida sobre o mercado de trabalho.

Os altos índices de desemprego apresentados na Europa Central, Sudeste Europeu e CEI, não são, todavia, acompanhados pela desigualdade entre gêneros. Os principais problemas na geração de empregos nesta região iniciaram nos anos 1990, quando essas economias deixaram de ser rigidamente planejadas e ingressaram numa fase de rápida transição para economias mercantis. Mesmo apresentando crescimento econômico robusto, a partir da metade dos anos 1990, este não esteve associado com maior geração de empregos. O crescimento econômico dessa região vinculou-se principalmente, à reestruturação de empresas e ao setor de serviços não intensivo em mão-de-obra. Podemos entender, dessa forma, a sustentação de altos índices de desemprego, e mesmo a falta de perspectiva se tornar empregado, o que determina o desemprego por desalento (INTERNATIONAL..., 2008).

Outra característica relacionada com a desocupação no mundo diz respeito à maior intensidade de desempregados entre a população jovem, que compreende os indivíduos de 15 a 24 anos. Este fato não expressa necessariamente características negativas no mercado de trabalho, já que os jovens poderiam dedicar seu tempo prioritariamente aos estudos, podendo contar o apoio financeiro familiar neste período. Outros fatores que explicam o alto nível de desocupação entre os jovens é a opção da população nesta faixa etária por empregos temporários, tendo em vista o ganho de experiência em diferentes setores e, também, a conciliação do trabalho com o período de férias escolares.

Por outro lado, existem fatores que tornam a população jovem mais frágil no mercado de trabalho, entre eles seu menor custo de demissão, tendo em vista o alto índice de jovens em trabalhos temporários. Além disso, como um percentual alto desses trabalhadores procura o primeiro emprego, eles são mais afetados nas fases de contração econômica, que tem como consequência a redução de postos de trabalho (INTERNATIONAL..., 2009).

A Tabela 9 demonstra a razão entre as taxas de desemprego de jovens e adultos no mundo nos anos de 1998 e 2008. Podemos perceber que, na maioria das regiões, esta razão se encontra entre 2 e 3, o que representa um impacto relativo maior do desemprego sob a população jovem. As regiões que apresentam razão

maior do que 3, registram ainda maior dificuldade da população jovem em conseguir emprego em relação aos adultos (INTERNATIONAL..., 2009). Entre as regiões que se encontravam nesse patamar em 2008 estão o Oriente Médio 3,1, o Brasil 3,2 o Norte da África 3,9 e principalmente o Sudeste asiático e Pacífico 5,6. Já os países que apresentam uma proporção próxima a 2 vivenciam o problema do desemprego relacionado não somente com os jovens, mas com toda a população, como é o caso da África Sub-Saariana, em que a razão foi de 1,8 em 2008.

Tabela 9 - Razão entre as taxas de desemprego de jovens e adultos

| Regiões | Anos | |
|--|------|------|
| | 1998 | 2008 |
| África Sub-Saariana | 1,9 | 1,8 |
| Europa Central, Sudeste europeu e CEI | 2,2 | 2,5 |
| Economias desenvolvidas e União Européia | 2,3 | 2,6 |
| Mundo | 2,6 | 2,8 |
| Leste da Ásia | 2,7 | 2,8 |
| América Latina e Caribe | 2,6 | 2,9 |
| Sul da Ásia | 3,7 | 3,0 |
| Oriente Médio | 3,3 | 3,1 |
| Brasil | 2,9 | 3,2 |
| Norte da África | 3,2 | 3,9 |
| Sudoeste asiático e Pacífico | 5,1 | 5,6 |

Fonte: Elaborada pela autora com dados da OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

Outro aspecto que observamos na Tabela 9 é que a razão entre o desemprego de jovens e adultos apresentou pequeno aumento, entre 1998 e 2008, no total mundial e na maioria das regiões. Com exceção do Oriente Médio e do Sul da Ásia cuja razão era superior a 3 mas diminuiu no decênio, e da África Sub-Saariana, que apresentou pequena diminuição, as demais regiões tiveram elevação da razão, o que pode atestar o aprofundamento da fragilidade dos jovens em relação aos adultos no mercado de trabalho.

O crescimento da taxa de desemprego masculino, tanto dos jovens como dos adultos, nas Economias desenvolvidas e União Européia pode ser explicado, em parte, pelos impactos da crise econômica de 2008. De acordo com a INTERNATIONAL... (2011), a crise de 2008 teve maior reflexo sobre a mão de obra dos homens nessa região, tendo em vista que os setores mais afetados pela crise

foram caracteristicamente masculinos, como a construção civil e os setores financeiros.

A fragilidade do emprego dos jovens é ainda mais impactante para as mulheres, como se observa no Gráfico 13, que ilustra a diferença entre as taxas de desemprego dos jovens por gênero em 2008. Na maioria das regiões, a taxa de desemprego feminino é maior entre as mulheres de 15 a 24 anos do que entre os homens da mesma faixa etária. As únicas exceções entre as regiões analisadas são o Leste da Ásia, cuja taxa de desemprego dos jovens homens é 42% superior à taxa das jovens mulheres, e as Economias Desenvolvidas e União Europeia, em que a taxa de desemprego masculina supera a feminina em aproximadamente 14%.

As maiores diferenças entre os gêneros se encontram principalmente no Norte da África, na América Latina e Caribe, no Oriente Médio e no Brasil, onde a taxa de desemprego das jovens supera em mais de 40% a dos seus companheiros. A diferença entre os gêneros no Brasil, no entanto, é a que mais se destaca, chegando a 72,5% em 2008, superando o Norte da África (53,4%) e a América Latina e Caribe (63,3%). Esse dado demonstra um grande impacto das relações de gênero sobre o mercado de trabalho brasileiro, com maior dificuldade das jovens em conseguir um emprego.

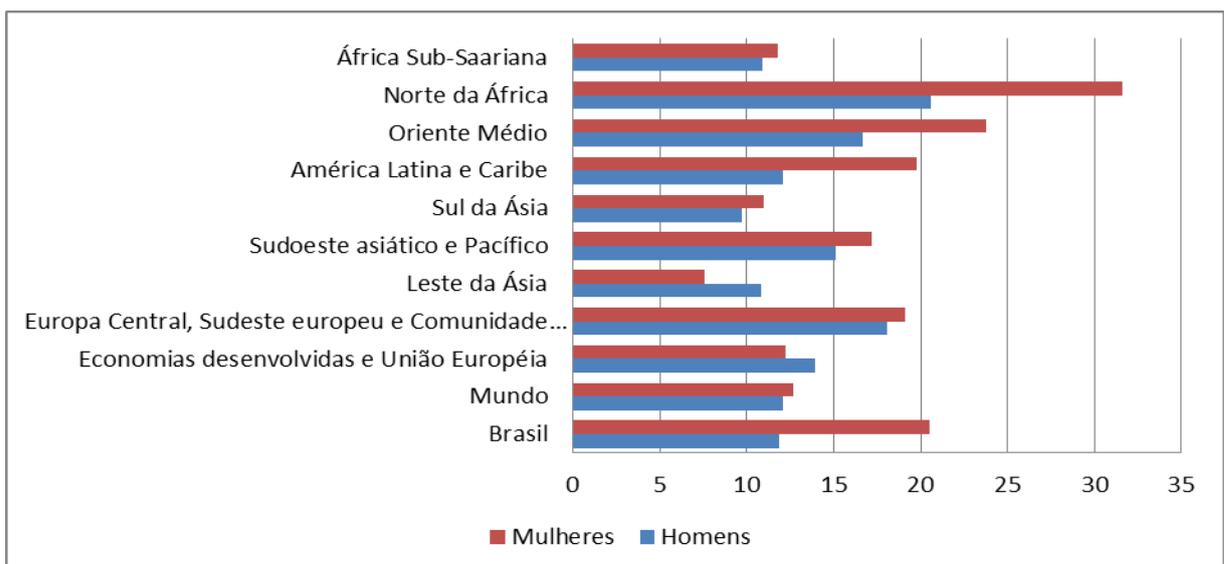


Gráfico 13- Taxas de desemprego dos jovens por gênero e regiões, 2008 (%)

Fonte: Elaborada pela autora com dados da OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

Os dados referentes à taxa de desemprego no mundo indicam, assim, uma maior dificuldade das mulheres em conseguir um emprego quando comparadas aos homens e o aprofundamento desta característica entre os anos de 1998 a 2008 em quase todas as regiões. Este fato é ainda mais impactante entre as jovens, determinando a maior fragilidade do trabalho feminino em relação ao masculino no mundo, o que pode indicar uma tendência à feminização da pobreza. O Brasil, apesar de ter apresentado uma diminuição nos índices totais de desocupação superior às das demais regiões, está entre os países com maiores desigualdades nas taxas de desemprego entre os gêneros, característica encontrada principalmente entre as jovens.

A estimativa do desemprego, cabe lembrar, não inclui os trabalhadores desencorajados, ou seja, aqueles que gostariam de trabalhar, mas acham que não são capazes por sofrerem de algum tipo de discriminação, o que poderia aumentar ainda mais a taxa de desemprego feminina. O indicador de desemprego ou desocupação, neste sentido, é incapaz de demonstrar por si só a qualidade do emprego entre as regiões. Para tanto, é necessário uma análise de outros indicadores, como a estrutura setorial da ocupação e a estrutura ocupacional por posição, que serão abordadas nas próximas seções, além dos vários aspectos culturais e sociais que por vezes são invisíveis aos indicadores.

3.3 ESTRUTURA SETORIAL DA OCUPAÇÃO POR GÊNERO

A análise do comportamento da estrutura setorial da ocupação por gênero é importante na medida em que explicita mudanças entre as regiões e aspectos relativos à desigualdade entre os gêneros. Podemos determinar, através dessa análise, as principais áreas de ocupação em que as mulheres e homens estão inseridos nas diferentes regiões do mundo, sugerindo, também, aspectos da qualidade do emprego por gênero. Assim como a análise da estrutura setorial da ocupação e ocupacional por posição do primeiro capítulo, as variações utilizadas nesta e na próxima seção serão por pontos percentuais (p.p.), procurando resultados mais compatíveis com a relevância percentual dos indicadores por região.

A Tabela 10 apresenta a distribuição das pessoas ocupadas, nos anos de 1998 a 2008, entre os três grandes setores de atividade: agricultura, indústria e serviços. Podemos perceber, com base na Tabela, uma tendência à diminuição do emprego agrícola no total mundial e uma realocação desses trabalhadores para a indústria e, principalmente, para o setor de serviços. Houve uma diminuição de 7,1 p.p. dos ocupados no setor agrícola no mundo entre 1998 a 2008, enquanto os setores industrial e de serviços cresceram 1,6 p.p. e 5,8 p.p., respectivamente.

Podemos verificar pelos dados que a diminuição do emprego agrícola ocorreu em todas as regiões do mundo, uma tendência evidenciada principalmente no Sul da Ásia, que teve uma diminuição de 11,7 p.p.. Outras regiões que se destacam foram o Leste da Ásia, que apresentou uma diminuição de 10,4 p.p. e o Sudoeste Asiático e Pacífico, em houve uma diminuição de 7,6 p.p.

O processo de urbanização crescente do mundo revela-se também na migração dos trabalhadores agrícolas para atividades ligadas ao setor de serviços e à indústria. Essa característica é evidenciada de diferentes formas de acordo com o nível de desenvolvimento econômico das regiões. O setor de serviços, dessa forma, apresentou o maior crescimento no percentual de ocupados do mundo, 5,4 p.p.. Além disso, com exceção do Norte da África, todas as regiões aumentaram o percentual de trabalhadores neste setor. As regiões que se destacam foram a Europa Central, Sudeste europeu e CEI, com aumento de 10,2 p.p. e o Leste da Ásia, com elevação de 8,2 p.p.

O setor industrial, por sua vez, teve um crescimento no percentual de ocupados de 1,6 p.p. no mundo. Percebemos, no entanto, tendências distintas entes países, com um aumento substancial dos ocupados na indústria em algumas regiões, principalmente entre os asiáticos, como o Sul da Ásia, que apresentou um aumento de aproximadamente 7 p.p., e Sudoeste asiático e Pacífico, em que esse incremento foi de aproximadamente 4 p.p. Por outro lado, os países industrializados, como as Economias desenvolvidas e União Europeia apresentam uma tendência à diminuição das taxas de ocupação nos setores industriais, índice que chega e -3 p.p.. Outra região que apresenta tendência semelhante é a Europa Central, Sudeste europeu e CEI, cuja taxa de trabalhadores industriais teve uma pequena diminuição, -1,4 p.p. A América Latina e Caribe manteve praticamente estável o percentual de ocupados na indústria.

Tabela 10 - Estrutura setorial da ocupação, 1998/2008 (%)

| Regiões e Gênero | Agricultura | | Indústria | | Serviços | |
|--|-------------|------|-----------|------|----------|------|
| | 1998 | 2008 | 1998 | 2008 | 1998 | 2008 |
| Total | | | | | | |
| Brasil | 23,4 | 17,4 | 20,1 | 22,6 | 56,5 | 59,7 |
| Mundo | 41,6 | 34,5 | 20,0 | 21,6 | 38,4 | 43,8 |
| Economias desenvolvidas e União Européia | 5,8 | 3,7 | 28,0 | 24,9 | 66,2 | 71,4 |
| Europa Central, Sudeste europeu e CEI | 27,3 | 18,5 | 27,1 | 25,7 | 45,7 | 55,9 |
| Leste da Ásia | 51,0 | 40,6 | 21,5 | 23,7 | 27,5 | 35,7 |
| Sudoeste asiático e Pacífico | 50,2 | 42,5 | 15,5 | 19,4 | 34,3 | 38,1 |
| Sul da Ásia | 59,4 | 47,7 | 15,5 | 22,2 | 25,2 | 30,1 |
| América Latina e Caribe | 22,1 | 17,4 | 20,1 | 19,9 | 57,8 | 62,6 |
| Oriente Médio | 22,4 | 17,8 | 25,6 | 28,1 | 52,0 | 54,1 |
| Norte da África | 36,9 | 33,2 | 18,9 | 22,6 | 44,3 | 44,1 |
| África Sub-Saariana | 66,7 | 61,0 | 7,9 | 8,9 | 25,4 | 30,2 |
| Homens | | | | | | |
| Brasil | 26,0 | 20,6 | 27,0 | 29,3 | 47,0 | 49,8 |
| Mundo | 40,4 | 33,6 | 23,1 | 25,6 | 36,5 | 40,8 |
| Economias desenvolvidas e União Européia | 6,4 | 4,3 | 37,1 | 34,8 | 56,6 | 60,9 |
| Europa Central, Sudeste europeu e CEI | 27,4 | 19,1 | 31,6 | 32,2 | 41,0 | 48,7 |
| Leste da Ásia | 48,3 | 39,1 | 23,3 | 25,4 | 28,4 | 35,5 |
| Sudoeste asiático e Pacífico | 49,5 | 42,8 | 17,6 | 21,7 | 32,9 | 35,4 |
| Sul da Ásia | 53,3 | 40,7 | 17,1 | 24,8 | 29,6 | 34,4 |
| América Latina e Caribe | 27,6 | 23,6 | 24,4 | 25,4 | 48,0 | 51,0 |
| Oriente Médio | 20,3 | 12,9 | 27,3 | 34,2 | 52,4 | 52,9 |
| Norte da África | 36,5 | 32,0 | 19,5 | 23,4 | 44,0 | 44,6 |
| África Sub-Saariana | 65,6 | 62,0 | 10,5 | 11,6 | 24,0 | 26,4 |
| Mulheres | | | | | | |
| Brasil | 19,3 | 13,1 | 9,6 | 13,5 | 71,0 | 73,3 |
| Mundo | 43,5 | 35,9 | 15,3 | 15,8 | 41,2 | 48,3 |
| Economias desenvolvidas e União Européia | 5,0 | 3,0 | 16,2 | 12,8 | 78,7 | 84,2 |
| Europa Central, Sudeste europeu e CEI | 27,1 | 17,7 | 21,6 | 17,8 | 51,3 | 64,4 |
| Leste da Ásia | 54,1 | 42,3 | 19,4 | 21,8 | 26,5 | 35,9 |
| Sudoeste asiático e Pacífico | 51,2 | 41,9 | 12,6 | 16,2 | 36,2 | 41,9 |
| Sul da Ásia | 74,8 | 64,9 | 11,2 | 15,7 | 13,9 | 19,4 |
| América Latina e Caribe | 12,4 | 8,4 | 12,5 | 11,7 | 75,0 | 79,9 |
| Oriente Médio | 31,2 | 34,3 | 18,5 | 7,3 | 50,3 | 58,3 |
| Norte da África | 38,2 | 36,7 | 16,6 | 20,4 | 45,2 | 42,9 |
| África Sub-Saariana | 68,2 | 59,6 | 4,5 | 5,4 | 27,3 | 35,0 |

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

O rápido crescimento do percentual de pessoas ocupadas no setor de serviços entre 1998 e 2008 indica que algumas regiões em desenvolvimento, e mesmo subdesenvolvidas, apresentaram uma transição direta da agricultura para os serviços, sem passar pelo estágio industrial, considerado como intermediário na história das economias desenvolvidas. Essa característica pode ser percebida principalmente na África Sub-Saariana, em que o percentual de ocupados no setor industrial não chega a 9% em 2008, tendo um aumento de 1p.p. no período, já no setor de serviços, este índice supera os 30%, com uma variação de aproximadamente 5 p.p.. A América Latina e Caribe segue a mesma tendência, tendo em vista que o percentual de empregados no setor de serviços supera em mais de 42 p.p. o de ocupados na indústria.

Apesar de apresentar crescente diminuição no número de trabalhadores agrícolas no mundo, a agricultura ainda é a principal empregadora em algumas economias, como o Leste da Ásia, o Sudeste Asiático e Pacífico, o Sul da Ásia e a África Sub-Saariana. Ainda que apresente singular importância para a economia de determinadas regiões e para o sustento da população mundial, grande parte da pobreza no mundo está localizada no meio rural, o que reflete nas condições vulneráveis destes trabalhadores. Outra característica ligada à importância do desenvolvimento da agricultura são as questões de gênero, na medida em que boa parte das mulheres dos países menos desenvolvidos economicamente está ocupada no setor agrícola.

Essas trabalhadoras, de acordo com a INTERNATIONAL... (2007), exercem os serviços mais vulneráveis, geralmente ocupadas em atividades para o auto-sustento, sem receberem remuneração. Além disso, em geral apresentam maiores dificuldades do que os homens de acesso às melhores terras, ao crédito e a recursos tecnológicos, permanecendo com pouca representatividade política e direitos trabalhistas. Essas mulheres são mais vulneráveis a doenças como o HIV e também são as que apresentam os menores índices de escolaridade. A situação precária das mulheres no campo se aprofunda ainda mais com a migração dos homens para as áreas urbanas, já que elas aumentam suas responsabilidades com o cuidado e sustento da família.

O Gráfico 14 mostra o percentual de pessoas ocupadas no setor agrícola por gênero no ano de 2008. Podemos perceber que o percentual feminino empregado

neste setor é majoritário nos países africanos, destacando-se a África Sub-Saariana, e nos países asiáticos, especialmente o Oriente Médio e o Sul da Ásia. Os maiores hiatos entre a taxa de participação masculina e feminina no setor agrícola encontram-se nos países asiáticos. Nesse sentido, o percentual de mulheres ocupadas no setor agrícola no Sul da Ásia é 59,46% superior ao dos homens, já no Oriente Médio, esta diferença é ainda maior, aproximadamente 166%. Por outro lado, no Sudoeste asiático e Pacífico, essa diferença não é tão visível, e no Leste da Ásia o percentual masculino supera o feminino, isto ocorre devido à maior participação de mulheres ocupadas na indústria, e no setor de serviços nessas regiões.

Diferente do que ocorre na Ásia e na África, a feminização do trabalho agrícola não é uma característica da América Latina e Caribe, da Europa Central, Sudeste europeu e CEI, das Economias desenvolvidas e União Européia e do Brasil, onde a participação das mulheres na agricultura é inferior à dos homens. Nessas regiões as trabalhadoras estão concentradas, principalmente, no setor de serviços. A grande participação feminina no setor de serviços nessas regiões, no entanto, é acompanhada pelo aumento do percentual de mulheres ocupadas em empregos informais sem proteção trabalhista (INTERNATIONAL..., 2010).

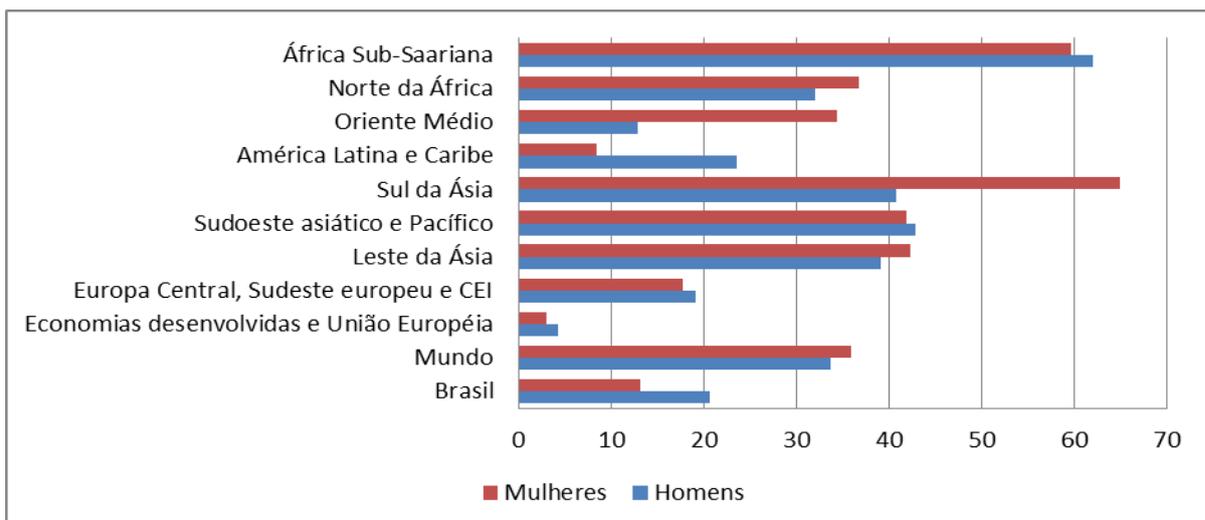


Gráfico 14 - Ocupados no setor agrícola por regiões e gênero, 2008 (%)

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

Ainda que a participação feminina no campo permaneça alta em alguns continentes, há uma tendência mundial de evasão das trabalhadoras na agricultura. Essas mulheres migram principalmente para o setor de serviços, permanecendo com pouca participação no setor industrial. Podemos notar pela Tabela 10 que, com exceção do Norte da África, todas as regiões apresentaram aumento das taxas de participação feminina no setor de serviços no período de 1998 a 2008. No caso da mão de obra masculina, o movimento ocorre de forma diversa, com o aumento dos homens tanto no setor industrial como no de serviços.

A grande participação de mulheres no setor de serviços em relação aos homens é demonstrada no Gráfico 15. Podemos perceber pelos dados que, com exceção do Norte da África e do Sul da Ásia, em todas as regiões analisadas a participação das mulheres empregadas no setor de serviços supera a dos homens. Esta tendência evidencia-se principalmente na América Latina e Caribe, onde a participação feminina neste setor supera em mais de 56% a masculina. Outras regiões que se destacam são o Brasil, em que a presença das mulheres supera a dos homens em mais de 47%, as Economias desenvolvidas e União Europeia, em que a diferença é de aproximadamente 38%, e a África Sub-Saariana e a Europa Central, Sudeste europeu e CEI, cujas taxas ultrapassam os 32%.

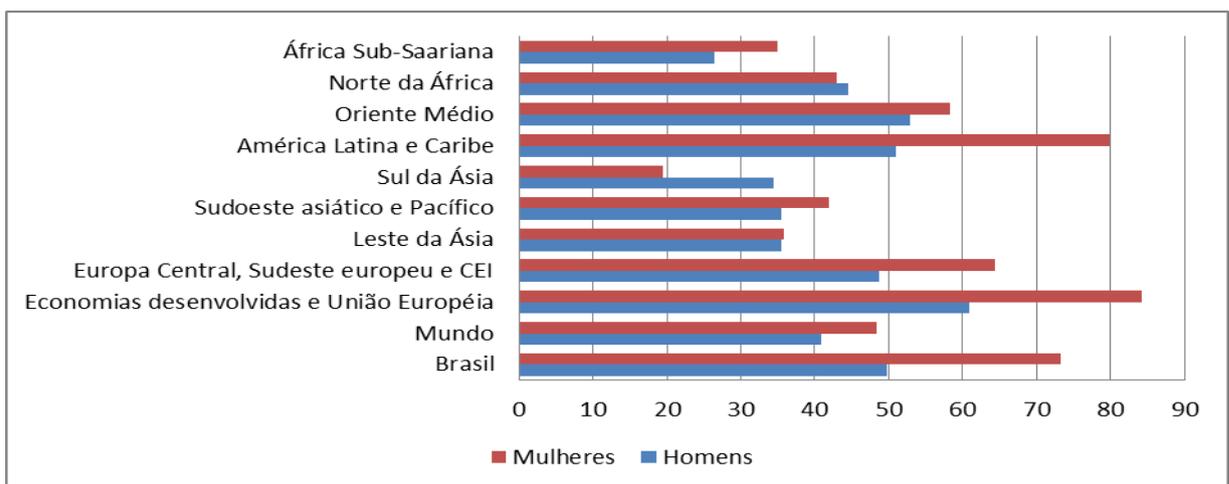


Gráfico 15 - Empregados no setor de serviços por regiões e gênero, 2008 (%)

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

O elevado percentual feminino no setor de serviços associa-se com o grande número de mulheres ocupadas em atividades com menores remunerações e sem proteção trabalhista, tendo em vista o maior peso da informalidade neste setor em relação ao industrial. Nesse sentido, a ampliação das oportunidades no mercado de trabalho para as mulheres não significa necessariamente maior acesso ao trabalho decente. Segundo a INTERNATIONAL... (2010):

[...] female workers are concentrated in services sectors that are characterized by low pay, long hours and oftentimes informal working arrangements. And even within these sectors where women dominate, it would rarely be women who would hold the upper level, managerial jobs. (INTERNATIONAL..., 2010, p.39).²

Quanto à participação feminina no setor industrial, esta permaneceu estável no mundo, com crescimento de 0,5 p.p. conforme a Tabela 10. Em muitas regiões houve, inclusive, uma diminuição desse indicador, como no Oriente Médio -11,2 p.p., na Europa Central, Sudeste Europeu e CEI, -3,8 p.p., nas Economias desenvolvidas e União Européia -3.4 p.p., e na América Latina e Caribe, -0,8 p.p. Entre as regiões com maior aumento do percentual feminino no setor industrial estão o Sul da Ásia, 4,5 p.p. e o Brasil 4 p.p.. Mesmo assim, o percentual feminino ocupado no setor industrial nessas regiões foi bem inferior ao masculino, conforme o Gráfico 16, sendo essa diferença, no ano de 2008, de aproximadamente 117%. no Brasil e de 58%. no Sul da Ásia.

A respeito das diferenças na participação de homens e mulheres ocupados no setor industrial, podemos perceber, pelo Gráfico 16, que as maiores disparidades entre gêneros estão no Oriente Médio, em que o percentual feminino é aproximadamente 370%. inferior ao masculino. Nas Economias desenvolvidas e União Européia, em que essa diferença chega a mais de 170% e na América Latina e Caribe, cuja diferença entre as taxas é de aproximadamente 117%. O hiato entre homens e mulheres ocupados na indústria é menor no Leste da Ásia e no Norte da África. A taxa de participação feminina na indústria nessas regiões permanece

² [...] o trabalho feminino está concentrado nos setores de serviços caracterizados por baixas remunerações, longas jornadas e muitas vezes em atividades informais. E mesmo nos setores onde a mulher é maioria, raramente é ela que consegue subir de posição ou ocupar cargos de gerência. (INTERNATIONAL..., 2010, p.39, tradução nossa)

inferior a masculina em aproximadamente 15% no Norte de África e em torno de 16,5% no Leste da Ásia. Ainda que apresente maior espaço no setor industrial, a situação do trabalho feminino nestas regiões é bastante precária, com alta incidência de trabalhos de baixa qualidade e persistência de baixos níveis salariais.

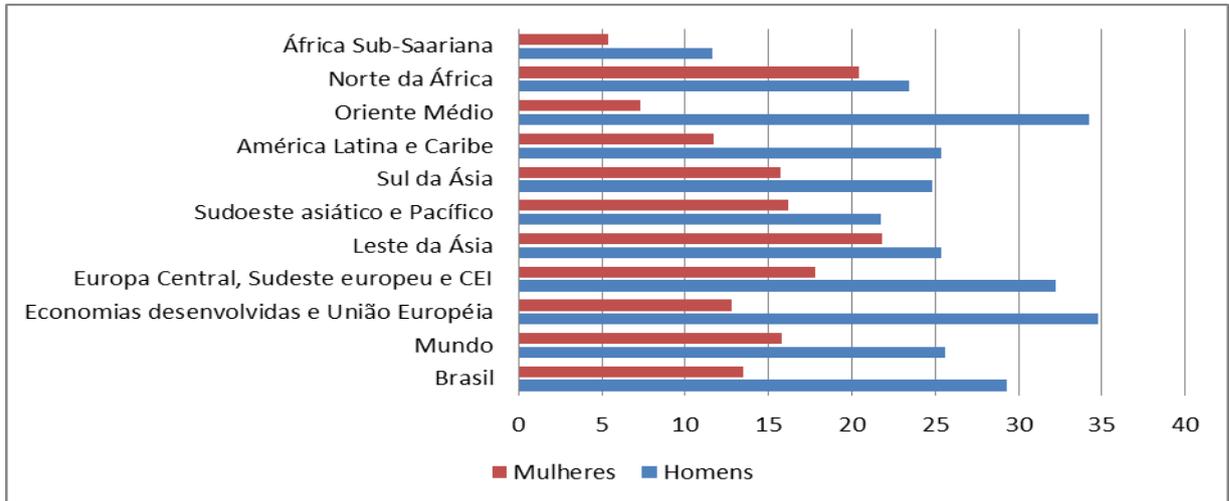


Gráfico 16 - Ocupados no setor industrial por região e gênero, 2008 (%)

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

A segregação setorial do trabalho entre gêneros, nesse sentido, demonstra maior fragilidade do trabalho feminino, com a persistência de nichos ocupacionais ao longo dos anos. A desigualdade de gênero, porém, sobrepõe-se aos indicadores apontados, tendo em vista o grande peso do trabalho doméstico não remunerado feminino, que é pouco mensurado pelas estatísticas e permanece fora de sistemas de proteção social. A persistência de barreiras de entrada à setores ocupacionais, a baixa escolaridade das mulheres, principalmente em regiões como o Norte da África e o Oriente Médio, e a falta de políticas de apoio ao trabalho feminino, determinam as grandes dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mundo para a conquista de maior liberdade financeira e pessoal.

3.4 ESTRUTURA OCUPACIONAL POR POSIÇÃO

Outro indicador importante para a análise da qualidade do emprego e do nível de desenvolvimento econômico das regiões refere-se à estrutura ocupacional por posição. Para melhor comparabilidade entre regiões, a OIT classifica as ocupações em quatro posições principais: empregados, empregadores, autônomos e trabalhadores para o sustento da família (atividade não remunerada). Nesse sentido, quanto menores os percentuais de trabalhadores para o sustento da família e de autônomos, maior o nível de desenvolvimento do país. Essa característica é definida tendo em vista a dificuldade de acesso dos trabalhadores nestas atividades à proteção social e a benefícios formais, estando assim mais sujeitos aos riscos de crises financeiras e à pobreza (INTERNATIONAL..., 2010).

Outra característica das ocupações para o sustento da família e dos autônomos é que estão vinculados principalmente às atividades agrícolas. Em relação a essas categorias, podemos observar na Tabela 11 uma diminuição relativa dos empregados em atividades familiares em 4,5 p.p. entre 1998 a 2008. Já a posição de autônomo teve um aumento de aproximadamente 1 p.p. no período, que corresponde à tendência a maior informalidade do emprego urbano. Este crescimento ocorreu principalmente entre as mulheres, nos países asiáticos, com exceção do Oriente Médio, e na Europa Central, Sudeste europeu e CEI.

Por outro lado, há um aumento nas taxas de ocupados na posição de empregados em todas as regiões entre 1980 e 2008, o que demonstra a criação de mais postos de trabalho formais. Os maiores crescimentos do percentual de empregados correspondem ao Oriente Médio, que apresentou uma elevação de 11,7 p.p., o Leste da Ásia, em que este aumento foi de 8,7 p.p. e o Norte da África, com aumento de 8,5 p.p.

Tabela 11 - Estrutura ocupacional por região, gênero e posição, 1998/2008

| Regiões e Gênero | Empregados | | Empregadores | | Autônomos | | Trabalho familiar | |
|--|------------|------|--------------|------|-----------|------|-------------------|------|
| | 1998 | 2008 | 1998 | 2008 | 1998 | 2008 | 1998 | 2008 |
| Total | | | | | | | | |
| Brasil | 61,6 | 65,8 | 3,8 | 4,5 | 27,4 | 20,2 | 7,2 | 0,5 |
| Mundo | 44,0 | 48,0 | 2,9 | 2,5 | 32,1 | 33,0 | 21,0 | 16,5 |
| Economias desenvolvidas e União Européia | 84,4 | 86,2 | 4,4 | 3,9 | 9,0 | 8,5 | 2,3 | 1,4 |
| Europa Central, Sudeste europeu e CEI | 76,6 | 78,4 | 2,4 | 2,4 | 11,8 | 14,1 | 9,2 | 5,1 |
| Leste da Ásia | 36,4 | 45,1 | 2,1 | 1,5 | 34,1 | 35,5 | 27,4 | 18,0 |
| Sudoeste asiático e Pacífico | 33,0 | 36,4 | 3,6 | 2,5 | 36,7 | 39,5 | 26,7 | 21,6 |
| Sul da Ásia | 17,9 | 21,5 | 1,8 | 1,4 | 49,7 | 51,4 | 30,6 | 25,6 |
| América Latina e Caribe | 61,8 | 63,5 | 4,2 | 5,1 | 27,6 | 25,5 | 6,4 | 5,9 |
| Oriente Médio | 50,3 | 62,0 | 4,4 | 4,9 | 33,1 | 24,3 | 12,2 | 8,8 |
| Norte da África | 45,6 | 54,1 | 8,8 | 8,5 | 18,9 | 15,3 | 26,7 | 22,1 |
| África Sub-Saariana | 18,1 | 24,7 | 1,6 | 1,6 | 48,5 | 44,3 | 31,9 | 29,4 |
| Homens | | | | | | | | |
| Brasil | 60,5 | 64,2 | 4,9 | 5,6 | 29,4 | 23,5 | 5,1 | 3,6 |
| Mundo | 44,9 | 48,6 | 3,8 | 3,2 | 38,1 | 37,2 | 13,2 | 11 |
| Economias desenvolvidas e União Européia | 82,5 | 83,8 | 5,8 | 5,3 | 10,6 | 10,3 | 1,1 | 0,7 |
| Europa Central, Sudeste europeu e CEI | 75,1 | 77,0 | 3,3 | 3,4 | 15,0 | 16,3 | 6,6 | 3,3 |
| Leste da Ásia | 40,7 | 48,9 | 2,8 | 1,5 | 39,6 | 36,7 | 16,8 | 12,9 |
| Sudoeste asiático e Pacífico | 35,0 | 38,6 | 5,4 | 3,4 | 47,0 | 46,5 | 12,6 | 11,5 |
| Sul da Ásia | 21,0 | 24,4 | 2,3 | 1,7 | 59,5 | 59,0 | 17,2 | 14,9 |
| América Latina e Caribe | 60,6 | 62,0 | 5,4 | 6,4 | 28,9 | 27,2 | 5,0 | 4,4 |
| Oriente Médio | 52,6 | 64,8 | 5,2 | 6 | 34,6 | 24,6 | 7,6 | 4,7 |
| Norte da África | 46,8 | 56,8 | 10,8 | 10,8 | 20,3 | 15,9 | 22,1 | 16,4 |
| África Sub-Saariana | 22,4 | 30,5 | 1,8 | 1,9 | 48,9 | 45,3 | 26,9 | 22,3 |
| Mulheres | | | | | | | | |
| Brasil | 63,3 | 68,1 | 2,1 | 2,9 | 24,3 | 15,8 | 10,3 | 6,8 |
| Mundo | 42,7 | 47 | 1,4 | 1,5 | 23,1 | 26,8 | 32,9 | 24,6 |
| Economias desenvolvidas e União Européia | 86,8 | 89,2 | 2,5 | 2,2 | 6,8 | 6,4 | 3,9 | 2,2 |
| Europa Central, Sudeste europeu e CEI | 78,4 | 80,0 | 1,3 | 1,3 | 8,0 | 11,5 | 12,3 | 7,2 |
| Leste da Ásia | 31,2 | 40,7 | 1,1 | 1,4 | 27,6 | 34,1 | 40,1 | 23,9 |
| Sudoeste asiático e Pacífico | 30,2 | 33,4 | 1,0 | 1,2 | 22,5 | 29,6 | 46,3 | 35,8 |
| Sul da Ásia | 10,0 | 14,5 | 0,5 | 0,8 | 24,9 | 33 | 64,6 | 51,7 |
| América Latina e Caribe | 63,8 | 65,7 | 2,2 | 3,1 | 25,3 | 22,9 | 8,8 | 8,2 |
| Oriente Médio | 41,3 | 52,6 | 1,0 | 1,2 | 26,7 | 23,5 | 31 | 22,7 |
| Norte da África | 41,6 | 46,4 | 2,5 | 1,9 | 14,2 | 13,8 | 41,7 | 37,9 |
| África Sub-Saariana | 12,5 | 17,3 | 1,2 | 1,3 | 47,9 | 42,9 | 38,4 | 38,5 |

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

A região que mais se destaca quanto à proporção de empregados é a das Economias desenvolvidas e União Europeia, com 86,2% dos trabalhadores ocupados nesta posição em 2008. Já o percentual de pessoas ocupadas em trabalhos familiares e autônomos nesta região no ano de 2008 foi de apenas 1,4% e 8,5%, respectivamente, o que indica uma menor vulnerabilidade no trabalho, em comparação com o resto do mundo. Outra região que se destaca, é a Europa Central, Sudeste Europeu e CEI, cuja taxa de pessoas empregadas é de aproximadamente 78%, enquanto a dos ocupados em trabalhos familiares permanece em torno de 5% e a dos autônomos em 14%.

O Brasil também apresenta elevada frequência de ocupados na posição de empregados (65,8%). Acrescido a isto, o percentual brasileiro de pessoas ocupadas em atividades vulneráveis permanece abaixo da média mundial, com 5% dos ocupados trabalhando em atividades familiares e em torno de 20% como autônomos. Outra característica positiva brasileira é a diminuição, entre os anos de 1998 e 2008 dos percentuais de pessoas ocupadas em atividades familiares (-6,7 p.p.), e de autônomos (-7,2 p.p.), indicando a criação de mais empregos formais no país neste período.

Quanto à diferença entre a participação de homens e mulheres em atividades vulneráveis, podemos perceber o predomínio feminino, em todas as regiões analisadas, nas atividades ligadas ao trabalho familiar que não são remuneradas. Houve, no entanto, uma diminuição das mulheres ocupadas nesta posição, tendência ocasionada principalmente pela grande evasão de trabalhadores do setor agrícola nos últimos anos. Este movimento ocorreu em todas as regiões, com exceção do percentual feminino na África Sub-Saariana, que permaneceu estável.

Ao mesmo tempo em que as mulheres apresentam maior percentual nas atividades familiares, a presença masculina de ocupados como autônomos supera a feminina. Houve, no entanto, uma tendência a diminuição, do percentual masculino ocupado como autônomo no mundo. Entre as regiões analisadas, somente a Europa Central, Sudeste europeu e CEI, tiveram um aumento deste percentual no período (1,3 p.p.). Esta tendência não ocorre entre as mulheres, tendo em vista que o percentual de mulheres autônomas aumentou no mundo em 3,7 p.p.

A variação da participação das mulheres ocupadas na posição de autônomas no mundo nos anos de 1980 e 2008 é ilustrada no Gráfico 17. A região que apresentou maior crescimento do percentual de ocupadas como autônomas foi o Sul da Ásia, com uma elevação em torno de 8,1 p.p. . Outras regiões que apresentaram elevações foram o Sudoeste asiático e Pacífico (7,1 p.p.), o Leste da Ásia (6,5 p.p.), e a Europa Central, Sudeste europeu e CEI (3,5 p.p.). Como consequência, grande parte das regiões apresentou uma aproximação do percentual feminino e masculino ocupado na posição de autônomo, seja pela maior elevação do percentual feminino em relação ao masculino, ou pela menor diminuição do percentual feminino em relação ao masculino, como é o caso das Economias desenvolvidas e União Européia, do Oriente Médio e do Norte da África.

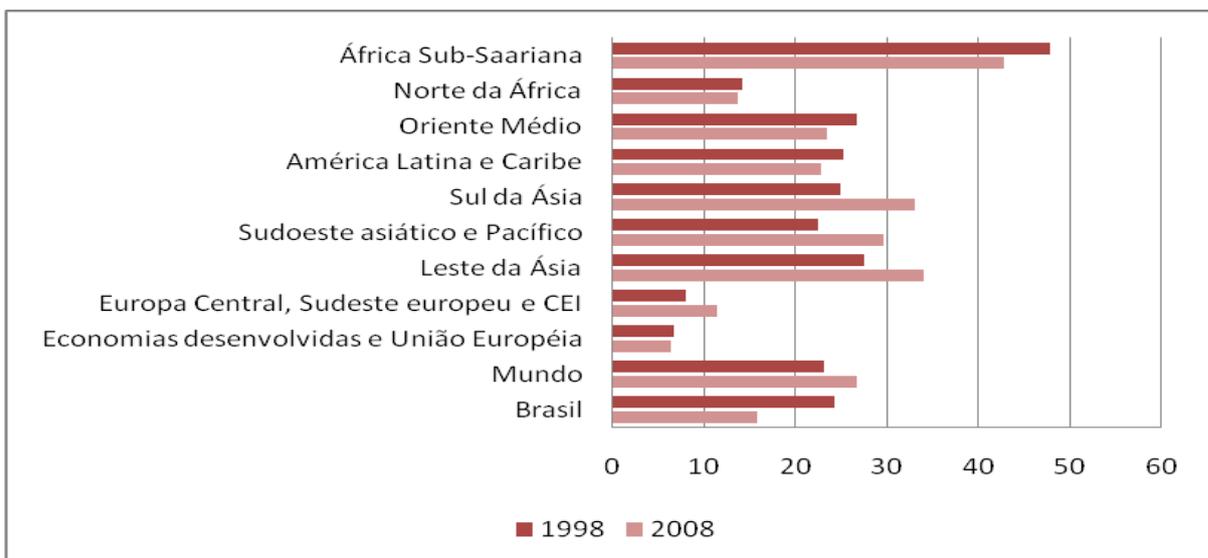


Gráfico 17- Mulheres ocupadas na posição de autônomas por regiões, 1998/2008 (%)

Fonte: Elaborada pela autora, com dados da OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

Por outro lado, houve regiões em que o hiato de homens e mulheres ocupados na posição de autônomo aumentou, permanecendo os homens mais concentrados nesta posição do que as mulheres. Essa característica é evidente no Brasil, em que houve uma diminuição de aproximadamente 8,5 p.p. das mulheres ocupadas na posição de autônomas, enquanto que o percentual masculino nesta posição diminuiu 5,9 p.p.. Este movimento ocorreu também na América Latina e Caribe e na África Sub-Saariana, cujos percentuais de autônomos femininos tiveram maiores

diminuições do que os masculinos. Quanto as Economias desenvolvidas e União Européia, o percentual de homens e mulheres ocupados na posição de autônomos permaneceu estável.

A variação das mulheres ocupadas em posições de maior prestígio, como a de empregadores e empregados, apresentou características diferentes no período de 1998 e 2008. Dessa forma, percentual feminino de mulheres ocupadas na posição de empregadoras permaneceu praticamente estável em todas as regiões no período, a maior elevação deste percentual ocorreu na América Latina e Caribe, que não chegou a 1 p.p. A participação relativa de mulheres empregadoras no mundo permanece abaixo de 2%, menos que o dobro do masculino. O maior percentual de empregadoras encontra-se na América Latina e Caribe e no Brasil, aproximadamente 3%.

Por outro lado, o percentual de mulheres ocupadas na posição de empregadas apresentou elevação em todas as regiões no período de 1998 e 2008, conforme o Gráfico 17. A região que apresentou maiores taxas de crescimento foi o Oriente Médio, com um aumento de 11,3 p.p.. A elevação do percentual feminino ocupado na posição de empregada superou o masculino no mundo, no Brasil, nas Economias desenvolvidas e União Europeia, no Sul da Ásia e na América Latina e Caribe.

O Gráfico 18 aponta também a grande discrepância entre as regiões quanto à participação de mulheres como empregadas. Observa-se assim que existe uma maior concentração feminina nesta posição principalmente nas Economias desenvolvidas e União Européia, na Europa Central, Sudeste europeu e CEI, na América Latina e Caribe e no Brasil. Nestas regiões, o percentual feminino de empregadas é inclusive superior ao masculino.

Por outro lado, podemos perceber o baixo índice de empregadas, principalmente na África Sub-Saariana, e no Sul da Ásia. Nestes locais, o percentual de mulheres empregadas não chega a 18%. Outra característica destes países é o grande hiato entre gêneros, o índice de homens empregados na África Sub-Saariana, a exemplo disso, é superior ao das mulheres em mais de 76%, já no Sul da Ásia, esta diferença chega a 68%. Nas demais regiões, apesar do percentual feminino de empregadas ser relevante ele permanece inferior ao masculino. Esta tendência, entretanto vêm diminuindo ao longo dos anos, indicando menores concentrações de empregadas em ocupações vulneráveis.

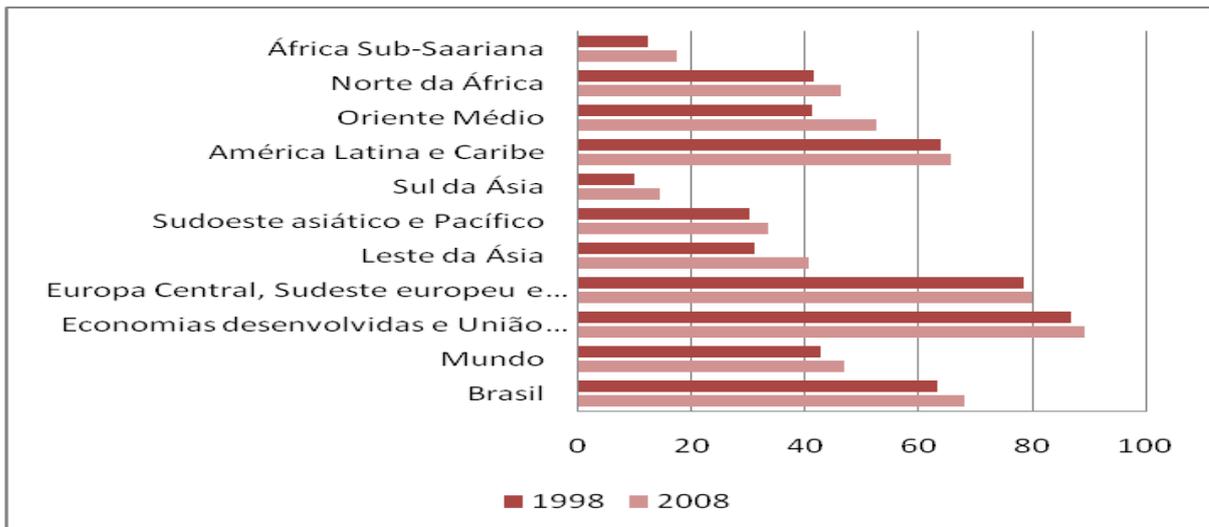


Gráfico 18 - Mulheres ocupadas na posição de empregadas por regiões, 1998/2008 (%)

Fonte: Elaborada pela autora, com dados OIT.

Notas: (1) CEI: Comunidade dos Estados Independentes.

(2) Os dados referentes a 2008 são estimativas da OIT

As diferenças entre a participação em atividades vulneráveis por gênero, nesse sentido, demonstram maiores índices femininos na posição ocupacional de trabalho familiar, enquanto que a presença masculina é maior na posição ocupacional de autônomo. Depreende-se assim, segundo a INTERNATIONAL... (2010), que os níveis de vulnerabilidade no trabalho entre homens e mulheres no mundo são muito próximos, com uma pequena superioridade das mulheres. As diferenças entre os gêneros, entretanto, tendem a diminuir ao longo dos anos, com menores índices de vulnerabilidade do trabalho tanto no caso dos homens, e principalmente das mulheres. No entanto, esta característica varia muito conforme a região analisada e também quanto a aspectos intrínsecos às ocupações. Ainda que o nível de vulnerabilidade tanto feminino, como masculino seja alto na África Sub-Saariana e no Norte da África, por exemplo, são as mulheres que apresentam maior participação nas atividades familiares, que não recebem qualquer tipo de remuneração.

3.5. CONCLUSÕES

A inserção feminina no mercado de trabalho apresenta características distintas conforme a região, devido a fatores econômicos, sociais e culturais. Podemos perceber, nesse sentido, uma tendência de aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho principalmente nos países em desenvolvimento, as regiões mais desenvolvidas economicamente, por outro lado, demonstram uma relativa estagnação neste indicador. Esta tendência é acompanhada por menores taxas de ocupação dos homens no mundo, ocasionando uma gradual diminuição nas diferenças entre as taxas de ocupação por gênero.

A inserção feminina no mercado de trabalho foi acompanhada pelo alto índice de desemprego, que superou o índice masculino em praticamente todas as regiões do mundo. Ainda que a taxa de desemprego de homens e mulheres tenha diminuído na maior parte das regiões, esta diminuição ocorreu principalmente para os homens, ocasionando na elevação do hiato entre os índices de desemprego masculino e feminino nos anos de 1998 a 2008. O Brasil apresentou a segunda maior diferença entre as taxas de desemprego por gênero em 2008, perdendo apenas para o Norte da África.

Outro aspecto relevante, quanto ao nível de desemprego no mundo, é que ele ocorreu principalmente entre os jovens, devido a fatores nem sempre negativos, como o maior tempo dedicado aos estudos e a maior participação em empregos temporários, com a finalidade de adquirir experiência. Por outro lado, o trabalho da população jovem é mais sensível a crises econômicas e a demissões. A maior vulnerabilidade ao desemprego entre os jovens ocorre principalmente entre as mulheres no mundo. Por conseguinte, os maiores índices de desemprego feminino, tanto totais, como entre as jovens, evidenciam uma tendência a feminização da pobreza no mundo. Esta característica se agrava devido ao elevado percentual de mulheres em ocupações vulneráveis no setor agrícola, especialmente na África e na Ásia.

A participação tanto de ocupados homens como de mulheres na agricultura, apresentou uma tendência decrescente entre todas as regiões, no período de 1998

e 2008. Há, nesse sentido, um deslocamento da mão de obra das mulheres principalmente para o setor de serviços, já a presença feminina no setor industrial permaneceu estável no mundo. Quanto aos homens, houve uma elevação do percentual de ocupados no mundo tanto no setor de serviços como no industrial.

No caso da distribuição ocupacional por posição, há uma diminuição da presença tanto de homens como de mulheres em trabalhos vulneráveis como autônomos ou para o sustento da família. Esta tendência é acompanhada pelo aumento do percentual de ocupados na posição de empregados, o que representa a maior criação de empregos formais no mundo.

Ainda que ocorra uma diminuição nos índices de vulnerabilidade do trabalho feminino, persistem características da desigualdade entre gêneros no mundo, principalmente nos países menos desenvolvidos, em que as mulheres têm menor acesso à educação e à representação política. Essa característica é evidente tendo em vista os maiores índices de desemprego feminino, a grande presença das mulheres no setor de serviços e as barreiras a sua inserção na indústria. Além disso, de acordo com a INTERNATIONAL... (2007), as mulheres sofrem discriminação salarial na maior parte das regiões do mundo, recebendo menores remunerações que os homens em todas as ocupações, até mesmo em atividades consideradas tipicamente femininas, como de enfermeiras ou professoras.

4 CONCLUSÃO

Tratar sobre questões de gênero no mercado de trabalho no Brasil não é um tema novo. Desde a expansão das mulheres do mundo privado das famílias para o ambiente público este assunto foi muito discutido. No entanto, ele permanece atual, na medida em que perpetuam continuidades de preconceitos e concepções a respeito do que deveria ser o trabalho feminino.

A inserção laboral feminina no Brasil, não ocorreu de forma espontânea e igualitária, tendo contrastado com concepções vigentes acerca do papel “natural” da mulher na sociedade, que deveria ser manter o lar e cuidar dos filhos. Esta visão foi inclusive sustentada por discursos científicos, que pregavam o retorno às leis naturais e morais (MÉNDEZ, 2005). Mesmo a classe operária enxergou na inserção laboral das mulheres uma ameaça ao emprego masculino.

O elevado crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente a partir dos anos 1970, concomitante com a diminuição da participação masculina foi acompanhado por aspectos da desigualdade de gênero. Um deles é a maior taxa de desemprego das mulheres em relação aos homens a partir de 1980 e o aprofundamento deste hiato mesmo nos anos 2000, em que se verifica uma diminuição das taxas de desemprego de homens e mulheres. Percebemos também a permanência feminina em nichos ocupacionais pouco valorizados, com baixa proteção social e remuneração, a exemplo do trabalho doméstico remunerado, que representa grande parcela das trabalhadoras, chegando a 17,03% em 2009 e menos de 1% dos homens ocupados. Aliado a isso, observa-se a existência de barreiras à inserção feminina em cargos de gerência nas grandes empresas, a maior concentração feminina em grupos de renda inferiores, ainda que elas apresentem maiores níveis de escolaridade que os homens, e a perpetuação da dupla jornada de trabalho.

Por outro lado, a luta contínua pela emancipação da mulher em relação ao homem no Brasil, aliada ao crescimento da escolaridade feminina e as mudanças econômicas, sociais e demográficas que se processaram desde o final da Segunda Guerra Mundial refletiram na sua maior liberdade em escolhas profissionais e

peçoais. Houve assim, principalmente a partir dos anos 1990 a permanência das mulheres cônjuges e mães no mercado de trabalho, e o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres. Percebe-se também a maior participação feminina em atividades ligadas ao setor público e de formação superior, em especial nas áreas jurídica, da saúde, e inclusive as tradicionalmente masculinas, como as engenharias. No entanto, mesmo nas funções de maior qualificação, as mulheres recebem salários inferiores aos homens.

A respeito da inserção laboral feminina no mundo, percebem-se semelhanças e diferenças em relação ao Brasil. Uma das diferenças é que o ritmo de crescimento da participação feminina ocorreu de forma gradual no mundo, apresentando, inclusive, uma tendência decrescente entre os anos 1990 e 2009. Esse movimento resulta da relativa estagnação das taxas de participação femininas nas economias desenvolvidas e da Europa Central, Sudeste Europeu e CEI, e de algumas regiões da Ásia. Por outro lado, outras regiões, como o Oriente Médio, a América Latina e Caribe e o Norte da África apresentam crescimento acelerado das taxas de participação feminina. No caso da diferença na taxa de participação entre gêneros no mundo, semelhante com o que ocorreu no Brasil, apresentou um ritmo decrescente nas últimas décadas, devido principalmente ao decréscimo das taxas de participação masculinas.

A respeito das taxas de desemprego de homens e mulheres, os índices femininos superaram os masculinos no mundo, o que também se verificou no Brasil. Esta característica ocorreu em quase todas as regiões, principalmente no Norte da África, na América Latina e Caribe e no Oriente Médio, mas não foi tão evidente nas economias desenvolvidas e União Européia. No caso do Leste da Ásia e da Europa Central, Sudeste Europeu e CEI, o desemprego masculino foi superior ao feminino.

Outro aspecto negativo, quanto a presença das mulheres no mercado de trabalho, foi a sua baixa participação, em relação aos homens no setor industrial, que concentrou boa parte dos trabalhos formais. Aliado a isso, a participação feminina na agricultura e no setor de serviços no mundo superou a masculina. Estas características definem a maior fragilidade do trabalho feminino em relação ao masculino, tendo em vista a grande concentração de pobreza nas áreas rurais, especialmente entre as mulheres, ocupadas principalmente em atividades para o sustento da família, e a maior presença de mulheres, em relação aos homens,

ocupadas em atividades mal remuneradas e em condições precárias no setor de serviços.

Percebe-se, dessa forma, que os avanços em relação a maiores direitos trabalhistas pelas mulheres foram relativos, e estão longe de garantir a igualdade entre os gêneros. Essa característica é presente em todo o mundo, mas principalmente nas regiões mais pobres, como no continente africano e no Oriente Médio, onde a mulher tem menos acesso a educação e a representatividade política. Há, nesse sentido, uma necessidade de promover políticas públicas e ações privadas capazes de garantir que os aspectos jurídicos, afirmados pelas convenções da OIT, que determinam a igualdade entre os gêneros, sejam cumpridos. Como exemplo, destaca-se as práticas de ações afirmativas em relação às mulheres adotadas por empresas da América do Norte e União Européia, que visam promover a igualdade entre homens e mulheres nas empresas. Outras práticas importantes são a garantia de acesso a creches à população de baixa renda e a proteção dos direitos dos trabalhadores mães e pais, promovendo a maior igualdade no trabalho reprodutivo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. ¿inserción laboral de las mujeres en américa latina: una fuerza de trabajo secundaria? Revista de estudos feministas, Florianópolis: vol. 2, n2, p.224-235. ISSN 0104-026X.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Raça e gênero no mercado de trabalho. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. 34. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000. P. 295-307.

BRASIL. Constituição Federal. Barueri: Manole, 2008.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000. P. 13-58.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995. São Paulo: FCC/DPE, 1998. (Textos FCC, n. 17).

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: FCC, n. 110, p. 67-104, 2000.

CASTRO, Mary Garcia. Trabalho, gênero e raça: quais os desafios políticos? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000. P. 367-378.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE: Reunião internacional sobre políticas públicas para el Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe. Serie Mujer y desarrollo. Santiago del Chile, n.104, jul. 2010. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/mujer/agrupadores_xml/aes6.xml&xsl=/agrupadores_xml/agrupadores_listado.xsl> Acesso em 04 jun. 2011.

EMPREGO, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente. 2008. Disponível em: <<http://www.eclac.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/EmpregoDesenvHumanoTrabDecente.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.). Economia & trabalho: textos básicos. Campinas, UNICAMP, 1998, p. 95-111.

DEDECCA, Claudio S. População, trabalho e desenvolvimento no Brasil, oportunidades e desafios. Campinas: IE/Unicamp, 2010. (Texto para Discussão, n. 185)

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E ESTATÍSTICOS. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo: Ed DIEESE, 2001. p.103-126.

FERNANDES, R.; FELÍCIO, F. O ingresso de esposas na força de trabalho como resposta ao desemprego dos maridos: uma avaliação para o Brasil metropolitano. In: CHAHAD, José Paulo Zeetano; MENDES-FILHO, Nércio Aquino de (Org.). Mercado de trabalho no Brasil: salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças. São Paulo: LTr, 2002. P. 79-96.

GONÇALVES, Benjamin; GASTALDI, Helio. Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA, MERCADO, OPINIÃO E MÍDIA, 3, 2008, São Paulo. Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas. São Paulo: ABEP, 2008. P.1-26. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/produzindoconhecimento/download/perfil_500_empresas_helio_gastaldi.pdf> Acesso em 04 jun. 2011.

HOFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-58, maio/ago., 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico - CD, 1960. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 26 maio 2011.

_____. Censo Demográfico - CD, 1970. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 26 maio 2011.

_____. Censo Demográfico - CD, 1980. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 26 maio 2011.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 1992. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 26 maio 2011.

_____. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 1995. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 26 maio 2011.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 1999. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 26 maio 2011.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 26 maio 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Salário Mínimo Real. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 20 jun. 2011.

INTERNATIONAL LABOR OFFICE. Key Indicators of Labor Market – KILM, sixth edition, 2009. Disponível em: <http://www.ilo.org/empelm/what/lang--en/WCMS_114240> Acesso em: 01 jun. 2011.

INTERNATIONAL LABOR OFFICE. Laborista: on-line statistics. Yearly data and EAPEP data. Disponível em: <<http://laborista.ilo.org/>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

INTERNATIONAL LABOR OFFICE. Global Employment trends for women brief, Geneva, 2007. Disponível em: <<http://www.ilo.org/empelm/pubs/lang--en/index.html>> Acesso em 04 jun. 2011. Acesso em: 04 jun. 2011.

INTERNATIONAL LABOR OFFICE. The global employment challenge. Executive Summary, Geneva, 2008. Disponível em: <<http://www.ilo.org/empelm/pubs/lang--en/index.html>> Acesso em 04 jun. 2011. Acesso em: 04 jun. 2011.

INTERNATIONAL LABOR OFFICE. Global Employment trends for women, Geneva, 2009. Disponível em: <<http://www.ilo.org/empelm/pubs/lang--en/index.html>> Acesso em 04 jun. 2011. Acesso em: 04 jun. 2011.

INTERNATIONAL LABOR OFFICE. Women in labor markets: Measuring progress and identifying challenges, Geneva, 2010. Disponível em: <<http://www.ilo.org/empelm/pubs/lang--en/index.html>> Acesso em 04 jun. 2011. Acesso em: 04 jun. 2011.

INTERNATIONAL LABOR OFFICE. Global Employment trends 2011. The challenge of a jobs recovery. Geneva, 2011. Disponível em:

<<http://www.ilo.org/empelm/pubs/lang--en/index.html> > Acesso em 04 jun. 2011.
Acesso em: 04 jun. 2011.

LAVINAS, Lena. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: BALTAR DA ROCHA, Maria Isabel (org.). Trabalho e gênero: mudanças permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, p.127-145. 2000.

LOMBARDI, Maria R. Mulheres engenheiras no mercado de trabalho brasileiro: qual o seu lugar? In: GALEAZZI, I. M. (ed.). Mulher e Trabalho, Porto Alegre, v. 4, p. 45-59, mar. 2004.

MACHADO, Maria L. B. Construindo os “anjos da casa”: trabalho fabril entre as décadas de 40 e 60. In: GALEAZZI, I. M. (ed.). Mulher e Trabalho, Porto Alegre, v. 4, p. 61-72, mar. 2004.

MÉNDEZ, Natalia P. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. In: GALEAZZI, I. M. (ed.). Mulher e Trabalho, Porto Alegre, v. 5, p. 51-78, mar. 2005.

MARQUES, Elisabeth; GALEAZZI, Irene; DE TONI, Miriam; KRELING, Norma. Novos arranjos familiares: ampliação laboral feminina e seus impactos sobre a renda das famílias. In: GALEAZZI, I.M. (ed.). Mulher e trabalho, Porto Alegre, v. 5, p. 19-48, 2005

MONTAGNER, Paula. Dinâmica e perfil do mercado de trabalho: onde estão as mulheres? In: BALTAR DA ROCHA, Maria Isabel (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34. P. 161-167.

MONTALLI, Lilia. Provedoras e Co-provedoras, mulheres cônjuges e chefes de família, sob a precarização do trabalho e o desemprego. Revista brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 223- 225, jul./dez. 2006.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação Produtiva, qualificação e relações de gênero. In: BALTAR DA ROCHA, Maria Isabel (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000. P. 171-186.

ORAGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Perfil do trabalho decente no Brasil. Brasília, 2009. Disponível em
<http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/@dgreports/@integration/documents/publication/wcms_041733> Acesso em 01 jun. 2011.

WAJNMAN, S; RIOS-NETO, E. Quantas são as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: BALTAR DA ROCHA, Maria Isabel (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, p. 59-84.